You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

# PARADIGMAS DO CAPITALISMO AGRÁRIO EM QUESTÃO

Ricardo Abramovay

edusp

Mate[illegible] com direitos autorais

Copyright © 2007 by Ricardo Abramovay

1ª edição 1992 (Hucitec/Anpocs/Editora da Unicamp)
2ª edição 1998 (Hucitec/Editora da Unicamp)
3ª edição 2007 (Edusp)

Ficha catalográfica elaborada pelo Departamento
Técnico do Sistema Integrado de Bibliotecas da USP

Abramovay, Ricardo.

Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão / Ricardo Abramovay. – 3. ed. – São Paulo: Edusp, 2007.

296 p. ; 14 x 21 cm

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-314-1032-1

1. Agricultura (aspectos econômicos). 2. Desenvolvimento agrícola. 3. Política agrícola. I. Título

CDD-338

Direitos reservados à

Edusp – Editora da Universidade de São Paulo
Av. Prof. Luciano Gualberto, Travessa J, 374
6º andar – Ed. da Antiga Reitoria – Cidade Universitária
05508-900 – São Paulo – SP – Brasil
Divisão Comercial: Tel. (0xx11) 3091-4008 / 3091-4150
SAC (0xx11) 3091-2911 – Fax (0xx11) 3091-4151
www.edusp.com.br – e-mail: edusp@usp.br

Printed in Brazil 2007

Foi feito o depósito legal

Material com direitos autorais

# SUMÁRIO

Prefácio à Terceira Edição ..... 11
Prefácio ..... 21
Agradecimentos ..... 25
Introdução ..... 29

PARTE I

O Saco de Batatas ..... 41
Diferenciação ou Identidade: Quando
o Saco de Batatas Pára em Pé ..... 61
Microeconomia do Comportamento Camponês ..... 89
Os Limites da Racionalidade Econômica ..... 109

PARTE II

Estados Unidos: Um Mito Jeffersoniano? ..... 145
A Agricultura Familiar no País dos *Landlords* ..... 173
Mercado, Estado e Desenvolvimento na
Comunidade Econômica Européia ..... 185
As Particularidades da Agricultura
no Desenvolvimento Econômico ..... 219

Conclusão ..... 261
Posfácio à Terceira Edição ..... 273
Bibliografia ..... 281

Material com direitos autorais

# PREFÁCIO À TERCEIRA EDIÇÃO

Além de terem sido absolutamente decisivos para afirmar a relevância da noção "agricultura familiar", tornaram-se marcos incontornáveis nos estudos rurais brasileiros dois livros agora oportunamente relançados pela Edusp: *O Desenvolvimento Agrícola: Uma Visão Histórica* – de José Eli da Veiga – de 1991, e *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão* – de Ricardo Abramovay – de 1992.

Através dessas obras vê-se como a configuração da moderna agricultura capitalista se apoiou numa forma social de trabalho e empresa específica que é a empresa familiar, contrariando assim duas tradições científicas e políticas muito fortes: a que sempre preconizou que o desenvolvimento generalizaria as unidades produtivas baseadas no uso exclusivo ou predominante de mão-de-obra assalariada, e que tem na obra clássica de Kautsky, *A Questão Agrária*, a principal referência; e também a que, inversamente, via a agricultura camponesa como modelo, tal como preconizado nas vertentes inspiradas em Alexander Chayanov. Enquanto Veiga demonstrou a articulação entre as formas familiares e o desenvolvimento do capitalismo avançado, Abramovay tomou a realidade desses mesmos países para proceder à distinção



Material com direitos autorais

conceitual entre o significado da agricultura de base familiar e a agricultura camponesa.

Esses dois livros realizaram, assim, uma espécie de atualização dos quadros cognitivos face à evolução experimentada pela dinâmica do desenvolvimento agrícola desde o pós-guerra até a consolidação da chamada "modernização conservadora". As novas idéias por eles trazidas tiveram reflexos profundos e imediatos não só sobre o campo científico como também sobre o discurso de organizações sociais e da burocracia governamental ligada à agricultura, e foram acompanhadas por movimentos correspondentes de igualmente significativa repercussão.

Um conhecido artigo de Kageyama e Bergamasco (1990) já havia alcançado amplo destaque ao fornecer uma aproximação sobre o tamanho do universo de estabelecimentos familiares no Brasil. Pouco depois, foi publicado o instigante e controverso relatório FAO/Incra (1994), que também ofereceu uma tipologia das formas sociais de produção no meio rural brasileiro, a qual viria a ser adotada, dois anos depois, como uma das bases do Pronaf – o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Nesse ínterim, veio a público o não menos importante estudo comparado coordenado por Hugues Lamarche (1998), e que contou com a participação de destacados pesquisadores brasileiros sobre o tema, como Nazareth Wanderley, Anita Brumer, Fernando Lourenço e Ghislaine Duque. Nele ficava claro que a diversidade de situações encontradas no Brasil ou na Europa não escondia o fato de que o elemento comum na variedade de situações pesquisadas é o caráter familiar do trabalho, da gestão e da posse da terra. Uma constatação que reforça o argumento de que não faria sentido resumir a diversidade da agricultura familiar às condições que mais se aproximam da idéia clássica de campesinato, e tudo o que ela implica em termos de autonomia dessas unidades, como é reivindicado por determinados autores ou mesmo pela retórica de alguns movimentos sociais.

Fora do campo científico, nas lutas sociais, nesse mesmo momento os sindicatos de trabalhadores e suas estruturas nacionais de representação estavam simplesmente substituindo suas bandeiras de luta empunhadas

Material com direitos autorais

ao longo de três décadas – reforma agrária e direitos trabalhistas – pela reivindicação de um "projeto alternativo de desenvolvimento rural baseado na agricultura familiar". Como fica claro nos trabalhos de Navarro (1996) e Medeiros (1997), este é, por si só, um bom indicativo de como a absorção do discurso sobre a agricultura familiar foi objeto de uma releitura e de uma apropriação adaptada ao contexto brasileiro por múltiplos agentes, denotando a enorme interpenetração que ocorria entre os campos científico, político e econômico.

Como se vê, esse período e os fatos científicos e sociais que o marcam representaram nada menos do que um ponto de virada – naquele sentido mesmo utilizado por Pierre Bourdieu em suas obras de sociologia da ciência – nas maneiras de pensar o problema das formas de produção na agricultura e seus significados. As influências disso podem ser medidas ainda pelos principais programas de pesquisa que seriam postos em marcha nos anos seguintes.

Foi este o caso de uma pesquisa realizada entre 1996 e 1998 cobrindo todo o território nacional, realizada a pedido das organizações sindicais de representação da agricultura familiar e patrocinada com recursos de instituições européias de cooperação, onde se tentou mapear as dinâmicas (então qualificadas como meso-regionais) de desenvolvimento rural existentes no Brasil (CUT/Contag, 1998). O intuito inicial era identificar a dispersão geográfica das formas familiares e patronais, a maior ou menor incidência de certos produtos agropecuários, e com isso subsidiar minimamente a definição de diretrizes de políticas públicas. Essa pesquisa não só atingiu seu intento inicial como avançou uma hipótese bastante inovadora na época: as melhores configurações territoriais encontradas eram aquelas que combinavam uma agricultura de base familiar forte com um entorno socioeconômico diversificado e dotado de infra-estrutura; um desenho que permitia aos espaços urbanos e rurais dessas regiões, de um lado, abrigar o trabalho excedente que deixa a atividade agrícola e, de outro, inversamente, absorver nas unidades familiares o trabalho que é descartado nas cidades em decorrência do avanço tecnológico e do correspondente desemprego característico dos anos de 1990.

Material com direitos autorais

Tal pesquisa mostrou um campo novo de preocupações que viria a se delinear melhor, no Brasil, na virada para a década atual: a necessidade de se entender as articulações entre formas de produção, características morfológicas dos tecidos sociais locais e dinâmicas territoriais de desenvolvimento; ou, na mesma direção, as articulações entre os espaços considerados rurais e urbanos. Mais do que nas injunções setoriais, o que se sugeria é que nas dinâmicas territoriais – ainda sem usar esta denominação – e em suas estruturas sociais é que se poderia encontrar as respostas para as causas do dinamismo e da incidência de bons indicadores de desenvolvimento.

Pouco depois de terminada essa pesquisa iniciou-se um outro programa de grande repercussão, o Projeto Rurbano, coordenado por pesquisadores da Unicamp (Graziano da Silva, 1999). O programa focalizou a formação das rendas entre as famílias não urbanas para constatar um movimento relativamente generalizado de substituição dos ingressos provenientes das atividades primárias por rendas não agrícolas. Na base dessa constatação estavam não somente a tendência de queda dos preços de produtos primários, já conhecida, mas principalmente a crescente interpenetração entre os mercados de trabalho tradicionalmente qualificados como urbanos e rurais. Entre o primeiro e o terceiro dos seminários anuais realizados pelo projeto houve, contudo, certo deslizamento, da surpresa com os resultados alcançados na análise dos dados que mostraram a magnitude das rendas não agrícolas, à fragmentação de opiniões sobre seu real alcance e sobre seus significados para a estrutura e dinâmica do rural brasileiro. Ainda que em meio a tais incertezas, não há dúvida de que o projeto foi uma forte demonstração de que, mesmo num país com as características do Brasil, o rural nem de longe pode ser reduzido ao agrícola.

Mas os mesmos resultados obtidos como o Projeto Rurbano deram origem a algumas inferências que, explicitamente, significam um questionamento da relevância da idéia de agricultura familiar e, *a fortiori*, também da idéia de ruralidade (Graziano da Silva, 2001). A primeira delas seria um suposto fim do caráter familiar desse tipo de unidade produtiva, já que a maior parte da renda provém agora de atividades

Material com direitos autorais

externas ao estabelecimento familiar. No entanto, sempre foi uma característica dessas unidades a combinação de rendas internas e externas ao estabelecimento, o qual, mesmo sob uma maior magnitude das rendas não agrícolas, continua tendo a gestão, a posse da terra e o trabalho realizado em seu interior organizados em base familiar. A segunda é a identificação das causas explicativas da vitalidade do mundo rural na mera decorrência do dinamismo emanado de economias urbanas. É verdade que a economia das áreas rurais não pode ser compreendida isoladamente da economia das áreas urbanas. A superação desta dicotomia é, aliás, uma das razões da emergência da chamada abordagem territorial do desenvolvimento. Porém, é igualmente inegável que o dinamismo emanado do mundo urbano ou as formas de complementaridade que ele suscita são aproveitados de maneira bastante heterogênea pelas áreas rurais. Elas podem se beneficiar ou se esterilizar a partir das conseqüências que daí surgem. E isto dependerá, sempre, dos caracteres fundamentais das estruturas sociais e das instituições que respondem pela configuração das áreas rurais e das interações que dela decorrem. Ponderações, enfim, que permitem reafirmar, mesmo no auge da urbanização e da importância das rendas não-agrícolas, a permanência da relevância empírica e teórica da agricultura familiar e da ruralidade.

Claro que os citados autores e obras não esgotam o rico painel de pesquisas produzidas no país no período, como bem o demonstra a ampla revisão feita por Garcia Jr. & Grynszpan (2002). O que ocorre é que, neles, a definição de agricultura familiar e, posteriormente, as conexões entre formas sociais de produção e as dinâmicas territoriais estiveram no centro das preocupações e, por certo, continuam a influenciar o debate público e científico sobre o rural e seu lugar no desenvolvimento. Outros importantes centros de pesquisa tiveram iguais impactos em distintas ramificações temáticas dos estudos rurais. Para ficar apenas em alguns exemplos, este é o caso dos estudos sobre campesinato e questão agrária no Museu Nacional; dos estudos sobre assentamentos no curso de pós-graduação em Desenvolvimento e Agricultura da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; dos estudos sobre agricultura familiar

Material com direitos autorais

e democracia e também sobre pluriatividade na Universidade Federal do Rio Grande do Sul; e de toda a produção sobre o semi-árido na Universidade Federal de Campina Grande.

Mesmo assim, é forçoso constatar que os anos de 1990 terminaram com o debate público e científico sobre agricultura familiar e desenvolvimento rural fortemente marcado pelos impactos daqueles programas de pesquisa. De um lado, a ênfase na importância e no poder explicativo da agricultura familiar e a identificação das dinâmicas territoriais como unidade de análise relevante para a compreensão dos fenômenos relacionados ao desenvolvimento. De outro, a ênfase no dinamismo dos espaços urbanos e seus desdobramentos na formação das rendas das famílias de agricultores. Esta nova forma de compreender o rural, explorando suas articulações territoriais e interdependências com o urbano, passou a ser uma marca distintiva dos principais estudos e programas de pesquisa que inauguraram a presente década. Se sob o ângulo empírico o rural apresentava cada vez mais injunções com o urbano, uma questão fundamental seria, portanto, compreender de que maneira isso ocorre e, do ponto de vista teórico, identificar qual seria seu poder explicativo.

Parece ter sido exatamente essa a preocupação que norteou a elaboração de um conhecido artigo de Nazareth Wanderley (2000). Sob o singelo objetivo anunciado de dar visibilidade a uma bibliografia pouco veiculada no Brasil sobre as mudanças dos espaços rurais europeus, a autora introduzia, na verdade, todo o debate sociológico que se fazia naquele momento sobre os significados das novas dinâmicas econômicas e espaciais. Os autores por ela citados enfatizavam, sob distintas perspectivas teóricas, três tipos principais de processos sociais com implicação para novas significações do rural: o novo lugar da agricultura e do rural nas sociedades dos países de capitalismo avançado; as relações entre o rural e o urbano num contexto de maior mobilidade física dos indivíduos e de aproximação entre as condições de vida nos dois espaços; e as dimensões distintas e de conflito reveladoras da heterogeneidade do rural contemporâneo.

O artigo discutia em termos teóricos a cada vez mais perceptível

Material com direitos autorais

mudança de significado da relação entre o rural e o urbano, que aparece de maneira expressa ou latente na produção científica. Ao final, trazia uma constatação e uma pergunta. A constatação: o estreitamento das distâncias e a diluição de muitas das diferenças não apagou a necessidade de distinção positiva entre o que é rural e o que é urbano. A dúvida: diante dessas novas significações e de seu caráter marcadamente desigual entre regiões e países, quem são os atores, ou o ator, da nova ruralidade?

Em nova pesquisa coletiva, apoiando-se destacadamente nos recém divulgados dados do Censo de 2000, Veiga *et al.* (2001) recalcularam as dimensões do Brasil rural introduzindo critérios similares àqueles utilizados nos países do capitalismo avançado e chegaram a, pelo menos, duas conclusões importantes: não só o Brasil rural é muito maior do que se calcula, como boa parte desse significativo espaço vinha apresentando indícios de dinamismo demográfico que nada deixam a desejar às áreas urbanas mais prósperas. Por se tratar de uma pesquisa realizada em um pequeno intervalo de tempo, não foi possível, apesar de algumas incursões a campo, chegar a uma conclusão sobre os fatores de atração populacional ou de dinamização econômica das regiões estudadas. Mas a repercussão foi suficientemente grande, e juntamente com os textos de Abramovay (2003), em particular aqueles que deram visibilidade à utilização da noção de capital social, contribuiu para que o debate sobre territorialidade e desenvolvimento rural inaugurasse uma nova onda de trabalhos dedicados ao tema.

Em paralelo, desde meados da década de 1990 o programa *Leader* vinha instituindo um novo modelo de organização das políticas para o rural europeu, baseado justamente no seu enfoque territorial, em contraponto com o fortíssimo viés setorial da Política Agrícola Comum. Na esteira deste novo momento intelectual, e à luz da experiência européia recente, a idéia de territorialidade alcança o desenho das políticas públicas no Brasil: entre 2001 e 2002 na forma de uma série de debates preparatórios a uma conferência nacional (que, no entanto, não chegou a acontecer); e, posteriormente, em 2003, com sua incorporação oficial nos programas de desenvolvimento rural implementados pelo

Material com direitos autorais

governo federal. Um movimento que vem acontecendo também em outros países da América Latina e mesmo nas orientações dos vários organismos internacionais de cooperação (Schejtman & Berdegué, 2003; Favareto, 2007).

Em uma palavra, pode-se dizer que a década de 1990 iniciou-se sob a marca da entrada da agricultura familiar no vocabulário científico, enquanto a presente década iniciou-se com uma reavaliação do significado do desenvolvimento rural. Reavaliação que aparece sob a forma do debate acerca das relações entre o rural e o urbano e da introdução da abordagem das dinâmicas territoriais nos processos de desenvolvimento, e que revela uma profícua agenda de pesquisas, cujo devido tratamento tem ainda um largo caminho pela frente. Na passagem de um tema a outro há uma espécie de *continuum,* que é dado pelo lugar que as formas familiares de produção ocupam ou podem ocupar na configuração dessas dinâmicas. Como já foi dito, os trabalhos de Veiga e Abramovay são marcos simplesmente incontornáveis para ambos os debates, o que se deve à pertinente e cristalina elucidação histórica e teórica que permitiram sobre o tema e à repercussão que alcançaram, não só nos limites do campo científico, mas no debate social sobre a agricultura e o desenvolvimento rural. Algo particularmente importante no momento em que o tema do desenvolvimento alcança o rol dos problemas de maior destaque para a sociedade brasileira, após mais de duas décadas de estagnação econômica e de graves impasses sociais.

Durante muito tempo se imaginou que a industrialização resolveria por si os impasses de nossa formação como nação. Hoje, só o desconhecimento ou a ideologia urbana servem como justificativa para se negar a importância de retomar a expressão "interiorização do desenvolvimento". Não no sentido de levar ao Brasil profundo o mesmo estilo de políticas e de investimentos experimentados nos pólos dinâmicos da economia nacional. Mas sim daquilo que Osvaldo Sunkel chamava de "desarrollo desde dentro". É impossível imaginar que o país encontrará o caminho do dinamismo com coesão social e conservação ambiental sem encontrar uma solução para o Brasil rural. Um século depois de Euclides da Cunha, talvez seja tempo de reinventar

Material com direitos autorais

os sertões. E, por isso, esses dois livros agora relançados são leituras obrigatórias para todos aqueles que se propõem a pensar o futuro do país em bases inovadoras.

Arilson Favareto
Professor da Universidade Federal do ABC

## *Referências bibliográficas*

ABRAMOVAY, Ricardo. 2003. *O Futuro das Regiões Rurais*. Porto Alegre, Ed. UFRGS.

_____. 2007. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. São Paulo, Edusp.

BOURDIEU, Pierre. 2000. *Science de la science et reflexivité*. Paris, Raisons d'Agir.

CUT/CONTAG. 1998. *Desenvolvimento e Sindicalismo Rural no Brasil*. São Paulo/Brasília, relatório final de pesquisa.

FAO/INCRA. 2004. *Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável*. Relatório final do projeto UTF/BRA/036, nov.

FAVARETO, Arilson. 2007. *Paradigmas do Desenvolvimento Rural em Questão – Do Agrário ao Territorial*. São Paulo, Iglu/Fapesp.

GARCIA JR. Afrânio & GRYNSZPAN, Mário. 2002. "Veredas da Questão Agrária e Enigmas do Grande Sertão". In: MICELI, Sérgio (org.). *O Que Ler na Ciência Social Brasileira. Vol. IV (1970/2002)*. São Paulo/Brasília, Anpocs/Ed. Sumaré/Capes.

GRAZIANO DA SILVA, José. 1999. *O Novo Rural Brasileiro*. Campinas, IE-Unicamp.

_____. 2001. "Velhos e Novos Mitos do Rural Brasileiro". *Estudos Avançados – Dossiê Desenvolvimento Rural*, 15 (43), set.-dez.

KAGEYAMA, Ângela & BERGAMASGO, Sônia M.P. 1990. "A Estrutura da Produção no Campo em 1980". *Perspectivas*, São Paulo, vol. 12, pp. 55-72.

LAMARCHE, Hugues. 1998. *A Agricultura Familiar*. Vols. I e II. Campinas, Ed. da Unicamp.

MEDEIROS, Leonilde S. 1997. "Trabalhadores Rurais, Agricultura Familiar e Organização Sindical". *Revista São Paulo em Perspectiva*, 11 (2): 65-72, abr.-jun.

NAVARRO, Zander. 1996. *Política, Protesto e Cidadania no Campo – As Lutas Sociais dos Colonos e dos Trabalhadores Rurais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora da Universidade.

SCHEJTMAN, Alexander & BERDEGUÉ, Julio. 2003. "Desarrollo Territorial Rural".

Material com direitos autorais

In: ECHEVERIA, R. (ed.). *Desarrollo Territorial Rural en América Latina y el Caribe – Manejo Sostenible de Recursos Naturales, Acesso a Tierras y Finanzas Rurales*. Washington, D.C., BID.

VEIGA, José Eli da. 2007. *O Desenvolvimento Agrícola: Uma Visão Histórica*. São Paulo, Edusp.

VEIGA, José Eli *et al.* 2001. "O Brasil Rural Precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento". *Textos para Discussão n. 1*. Brasília, Nead.

WANDERLEY, Nazareth. 2000. "A Emergência de uma Nova Ruralidade nas Sociedades Modernas Avançadas – O 'Rural' como Espaço Singular e Ator Coletivo". *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 15: 87-145.

Material com direitos autorais

# PREFÁCIO

Este é um livro que se justifica plenamente, pois traz uma contribuição importante para o conhecimento de uma questão ainda não resolvida na sociedade brasileira: a questão agrária. Desafiando o poder modernizante das "supersafras", das exportações record, das façanhas tecnológicas como o Proálcool, a produção de soja, as exportações de cítricos, a tecnificação acelerada dos setores integrados no complexo agroindustrial, o campo brasileiro continua sendo o terreno da bimodalidade tecnológica, da extrema pobreza da população rural, do atraso econômico, social e político naquelas regiões imensas onde predominam o latifúndio, o coronelismo e a "lei do mais forte".

Até hoje os que – na direita e na esquerda – debruçaram-se sobre essa realidade fundamentaram suas análises em paradigmas teóricos que, não obstante substanciais diferenças em relação aos objetivos e às premissas mais gerais, associavam invariavelmente a agricultura familiar ao atraso. Sob esse enfoque, o campesinato constitui um resíduo, um setor em extinção, sem relevância para o progresso econômico e social. O avanço, a transformação tecnológica, a alta produtividade só podem advir da grande unidade capitalista, incorporadora de inovação técnica e baseada no trabalho assalariado.



Material com direitos autorais

Em conseqüência, as análises acabaram convergindo em torno da idéia de que a questão agrária brasileira constitui exclusivamente uma questão social, dissociada do problema da produção agrícola, da modernização tecnológica da agricultura e da retomada do crescimento econômico do país.

O contato intenso com experiências de pequenos agricultores familiares engajados na dura luta pela sobrevivência em um contexto econômico e social profundamente hostil fez com que Ricardo Abramovay colocasse sua percuciente inteligência no estudo desse gigantesco "resíduo". Com a obstinação dos que rasgam caminhos novos, foi examinar de perto a experiência das nações capitalistas mais avançadas, onde a agricultura atingiu o mais elevado grau de dinamismo e produtividade. Constatou – o que certamente surpreenderá a muitos – que, ao contrário do que ao princípio do século XX se previa, o extraordinário avanço da agricultura nos países capitalistas mais exitosos não se deu, nem exclusiva nem principalmente, na base do "modelo inglês", da grande empresa fundada no trabalho assalariado; pelo contrário, tanto na Europa como nos Estados Unidos a modernização tecnológica se fez, em grande medida, através do "modelo dinamarquês", baseado na transformação das ancestrais propriedades familiares camponesas em unidades de produção individuais, altamente produtivas e extremamente abertas à incorporação de inovações tecnológicas.

Mediante um escrutínio rigoroso das mais significativas teorias da questão agrária, tanto as da vertente marxista como as das vertentes liberais (um esforço que por si só constitui uma valiosa contribuição para a nossa literatura científica), o autor formulou a tese de que as unidades de pequeno porte, alto volume de produção e elevada produtividade hoje existentes nos países capitalistas avançados descendem do campesinato tradicional, mas não têm mais nada a ver com ele. São entidades de natureza distinta, que operam segundo outra racionalidade e que não surgiram de forma espontânea. Foram criadas pelo Estado capitalista, por meio de políticas deliberadamente talhadas para reduzir o preço dos alimentos, a fim de liberar recursos do orçamento doméstico dos assalariados urbanos para a aquisição de produtos industriais.

Material com direitos autorais

Nas condições concretas da Europa e dos Estados Unidos, as unidades familiares mostraram-se mais aptas do que as grandes para produzir alguns tipos de produtos alimentares e algumas matérias-primas a custos inferiores. A sustentação das unidades familiares e sua acelerada tecnificação mediante constante, sistemática e persistente intervenção do Estado capitalista constituíram precondições da expansão industrial baseada no consumo de massas.

Nessas constatações consiste a grande contribuição do livro do Ricardo Abramovay para o debate da questão agrária brasileira. Elas obrigam a um reexame da teoria do "resíduo" e da "extinção progressiva" das atuais pequenas propriedades. Abrem ainda perspectivas, antes insuspeitadas, de utilização do potencial de transformação das milhões de pequenas propriedades que temos em nosso país, para formular um modelo de desenvolvimento agrícola que possa resolver o secular problema da desarticulação da nossa economia e da nossa sociedade.

Com efeito, se a pequena unidade familiar não constitui um mero resíduo histórico de um processo de transformações capitalistas, mas uma unidade de produção apta – sob condições favoráveis – a incorporar progresso técnico e produzir a baixos custos, então a reforma agrária deixa de ser exclusivamente um "programa social" para se converter em elemento estratégico de um novo modelo de desenvolvimento econômico para o Brasil. De fato, um modelo voltado para a superação dessa economia desarticulada, em que a expansão do mercado depende mais das flutuações do mercado externo e do consumo de camadas minoritárias do que dos gastos salariais, só poderá sustentar-se se os preços dos produtos agrícolas baixarem. Sob esse ângulo, uma estratégia baseada em milhões de pequenas propriedades (já existentes e criadas por um processo de reforma) pode se mostrar não só mais viável para a eliminação da miséria no campo do que o *trickle down effect* da prosperidade dos complexos agroindustriais, como também mais eficiente, em termos de custos-benefícios, do que programas enfocados exclusivamente pelo lado do gasto público, como são os programas ditos "sociais".

Material com direitos autorais

O livro de Ricardo Abramovay, trazendo uma visão nova a respeito das possibilidades de transformação das pequenas unidades de produção agrícolas, exatamente na hora em que as extraordinárias transformações ocorridas no mundo obrigam os brasileiros a repensar inteiramente o esforço de construção nacional que vinham fazendo há mais de cinco décadas, abre grandes avenidas para a inventividade característica dos povos fortes – os que têm a ousadia e a força de caráter para aspirar à independência, à autonomia e à prosperidade.

Plínio de Arruda Sampaio

Material com direitos autorais

# AGRADECIMENTOS

As preocupações das quais se originou este trabalho, escrito originalmente como tese de doutoramento e posteriormente adaptado e atualizado para sua publicação em livro, nasceram durante os cursos que freqüentei no doutorado em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas. O contato com diferentes escolas do pensamento sociológico contemporâneo no quadro dos dois semestres do Seminário de Teoria e Metodologia mostraram-me que o estudo da tão propalada "crise das ciências sociais" não desemboca fatalmente em paralisia, nem conduz ao ceticismo diante do avanço do conhecimento. Os professores Juarez Rubens Brandão Lopes e Vilmar Evangelista Faria conseguiram uma espécie de demolição construtiva (parodiando Schumpeter) da qual acredito que nenhum dos colegas com quem tive o privilégio de partilhar dessa experiência intelectual – e aos quais estendo este agradecimento – saiu incólume.

Minha orientadora, a professora Maria de Nazareth Baudel Wanderley, acompanhou a concepção deste trabalho desde o início, discutiu comigo cada capítulo, indicando novas referências bibliográficas – baseadas no seu próprio trabalho, muito próximo ao tema aqui desen-



Material com direitos autorais

volvido –, e sobretudo teve a virtude de fazer com que eu encarasse minhas limitações como o estimulante ponto de partida para novas perguntas. O trabalho com a professora Maria de Nazareth Baudel Wanderley reforçou em mim a convicção da importância do orientador num trabalho de doutorado, não, é claro, no sentido de uma identidade integral de pontos de vista, mas pelo debate e sugestões de caminhos para o desenvolvimento da pesquisa. Essa importância fica realçada quando à orientadora junta-se a amiga de longa data.

O professor José Eli da Veiga teve participação decisiva na própria definição do tema e em seu desenvolvimento. Espalhadas no texto, as citações que fiz de seu trabalho podem obscurecer o fato de que boa parte das idéias aqui expostas inspiraram-se tanto em seus relatórios de pesquisa, fruto de suas atividades de pós-doutoramento na Universidade de Londres, e que se consolidaram em seu tão importante livro (Veiga, 2007), como de inúmeras conversas que mantivemos durante todo o período de elaboração do trabalho. Colaboração tão estreita e ajuda tão desinteressada resultam, antes de tudo, de uma amizade de vinte anos, onde o trabalho intelectual conjunto tem sido constante.

Tive o privilégio de contar, na banca de defesa da tese, além dos professores citados, com a participação de José Vicente Tavares dos Santos.

A atualização de alguns dos dados contidos na tese foi possível em grande parte por duas viagens que fiz à França em 1991 e 1992. Essas viagens foram realizadas graças ao empenho dos professores Alain Ruellan (CNEARC, Montpellier, e CNRS, Paris), Philippe Jouve (CNEARC, Montpellier) e Ignacy Sachs (Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain, Maison des Sciences de l'Homme). Durante minhas estadas na França, foram-me particularmente úteis os encontros com os professores Hélene Delorme (Ceri/FNSP), Pierre Coulomb (Inra), Claude Roger (Inra, Montepellier) e Claude Servolin. A professora Maria Edy Chonchol não poupou esforços para viabilizar vários destes encontros, e sou-lhe por isso muito grato.

Os professores José Juliano de Carvalho Filho, Silvia Schor, Ana Maria Bianchi e Basilia Aguirre, meus colegas da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo (FEA/USP), leram parte dos originais

Material com direitos autorais

e trouxeram questões que me auxiliaram muito na elaboração final do trabalho. Além disso, os professores Januário Francisco Megale e Ana Maria Bianchi sobrecarregaram-se em suas tarefas didáticas para que eu pudesse concentrar-me em meu trabalho. Sou grato também aos professores Iram Jácome Rodrigues (FEA/USP), Oriowaldo Queda (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/USP) e Alice Paiva Abreu, por seu empenho em que o trabalho fosse editado. Foi de grande valia o auxílio que recebi de Tatiana Schor na tradução das citações em inglês.

Miriam Abramovay (Flacso), Jorge Wertheim (IICA), David Black (IICA), John Garrinson (Fundação Interamericana) e Gervásio de Castro Rezende (Ipea/RJ) responderam com presteza a solicitações de empréstimo e/ou envio de material bibliográfico, e Olimar Pereira de Oliveira auxiliou-me na digitação das tabelas.

O apoio material recebido sob a forma de uma bolsa de incentivo acadêmico da Unicamp foi importante para tornar este trabalho viável. Sou grato igualmente ao Conselho do Departamento de Economia da FEA/USP, que tudo fez para propiciar condições favoráveis à realização da tese. Nem preciso salientar o quanto me honrou ter recebido o prêmio da Anpocs (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais), que ajudou a viabilizar a publicação do livro.

Luis Álvaro Leão Gil, Edith Trinca Pinto Alves e Luis Silva, da Unidade de Processamento de Dados da FEA/USP, sempre responderam com paciência a solicitude a todas as necessidades de processamento de informações e edição de texto com que me defrontei.

Como sempre, uma tese acaba por tornar-se uma espécie de produção familiar: neste caso, apesar do tempo roubado e da tensão exposta, não foi sob o signo do sacrifício que o trabalho foi escrito. Silvia Bittencourt ofereceu a colaboração decisiva de impedir que meu envolvimento com a tese se tornasse sinônimo de privação da convivência familiar. Se um ambiente familiar afetivo contribui para a produção intelectual, devo agradecer não somente a ela, mas também ao Pedro, ao André, ao Juliano, ao Hélio, à Miriam e a esta grande figura que é a Dona Léa, a quem dedico este trabalho.

Material com direitos autorais

# INTRODUÇÃO

A estrutura social da agricultura nos países capitalistas avançados tem sido pouco estudada entre nós, deixando à sombra um fato decisivo: é fundamentalmente sobre a base de unidades familiares de produção que se constituiu a imensa prosperidade que marca a produção de alimentos e fibras nas nações mais desenvolvidas.

Essa afirmação costuma despertar desconfiança e mesmo ceticismo. Afinal, como é possível à agricultura escapar de um quadro geral onde a concentração econômica impera em praticamente todos os setores? De fato, quando se fala em produção familiar, a imagem que vem imediatamente ao espírito é a de um empreendimento de dimensões reduzidas, trabalhando com técnicas relativamente precárias e atrasadas.

Evidentemente, não é disso que se trata aqui. A natureza fundamentalmente empresarial dos mais importantes estabelecimentos agrícolas nos países centrais, sua capacidade de inovação técnica e de resposta aos apelos de mercado estão fora de dúvida. O que é paradoxal – e tem merecido pouca atenção – é justamente o caráter *familiar* não só da propriedade, mas da direção, da organização e da execução do trabalho nessas empresas e, portanto, as razões pelas quais a agricultura



Material com direitos autorais

## PARADIGMA

O termo *paradigma* celebrizou-se nas ciências humanas a partir do livro de um físico teórico e historiador da ciência, Thomas S. Kuhn (1987). Ele mostrou não só que a ciência evolui por uma série de rupturas (as revoluções científicas do título de sua obra), mas que os cientistas, ao contrário do que se imagina freqüentemente, não são indivíduos de espírito completamente aberto e prontos a aceitar as novidades e os desafios colocados por ela. Ao contrário, os cientistas trabalham com base naquilo que Kuhn chama de "ciência normal". O critério com base no qual é possível saber se uma proposição é científica ou não varia imensamente com o passar do tempo e na medida em que novos padrões de julgamento são implantados através das sucessivas revoluções científicas. Se é verdade que só pode haver ciência onde existe livre debate de idéias, Kuhn constata, entretanto, que a comunidade científica a cada momento seleciona aquelas teorias, aqueles métodos e aqueles objetos que aparecem aos cientistas como válidos durante um determinado período. A liberdade de debate na ciência não significa que a comunidade científica autorize a pesquisa sobre qualquer coisa, com qualquer método e qualquer teoria.

Ao contrário, ela possui instituições (universidades, conselhos de pesquisa, pareceristas) que julgam a pertinência de cada pesquisa com base em um conjunto de crenças comunitariamente partilhadas pelos cientistas sobre o que, como e para quê pesquisar. É a esse conjunto de crenças que se dá o nome de *paradigma*. Quanto maior a adesão a essas crenças, mais os cientistas podem se encaminhar à pesquisa empírica. Só que, com o passar do tempo, os próprios resultados das pesquisas começam a colocar em xeque as crenças a que até então se aderia. Tem início aí a ruptura, que se materializa na formação de um novo paradigma. A idéia de diferenciação social camponesa, tal como desenvolvida por Lênin, foi um dos principais paradigmas de interpretação da realidade latino-americana, sobretudo nos anos de 1970.

Material com direitos autorais

capitalista contemporânea dos países centrais se desenvolveu neste quadro social.

Tal desconhecimento não é grave apenas sob o ângulo de uma geografia agrária mundial. Tampouco ele se deve, é claro, a dificuldades no acesso a informações empíricas a respeito. Na verdade, são razões de natureza teórica que explicam o obscurecimento em que foram colocadas, sobretudo entre nós, as particularidades sociais da agricultura no capitalismo avançado: o *paradigma* (ver o *box* "Paradigma") com base no qual se estuda o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, cuja matriz são os trabalhos clássicos de Lênin (1969) e Kautsky (1970), como veremos no capítulo 1, vem se mostrando cada vez menos capaz de dar conta de fenômenos contemporâneos decisivos. De um lado, a associação entre desenvolvimento capitalista e ampliação do trabalho assalariado, tão cara ao trabalho de Lênin, encontra pouco respaldo empírico. De outro lado, a idéia da necessária inferioridade econômica da agricultura familiar, fundamental no livro de Kautsky, tampouco é confirmada pelo que se observa nos países avançados. No paradigma dos clássicos marxistas não há lugar sequer para que se coloque a questão, hoje decisiva, das razões pelas quais a agricultura familiar tem sido, nessas nações, a principal forma social do progresso técnico no campo.

Um outro obstáculo teórico para a compreensão da realidade agrária contemporânea no capitalismo central está nas ambigüidades com que a noção de unidade familiar de produção tem sido tratada. Convém insistir neste ponto, pois a associação entre esse tipo de estabelecimento e *small farm*, "pequena produção", "produção de baixa renda", "agricultura camponesa", entre outros, é recorrente e impede que se perceba a dupla e fundamental especificidade da agricultura familiar tal como se desenvolveu, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, nos países capitalistas avançados. Por um lado, seu dinamismo econômico, sua capacidade de inovação técnica, suas formas sociais inéditas com relação ao passado de que algumas vezes se origina, mas com o qual mantém laços cada vez mais tênues. Por outro lado – e este é um aspecto decisivo –, a agricultura familiar é um fenômeno tão generalizado nos países capitalistas avançados que não pode ser explicada pela herança

Material com direitos autorais

histórica camponesa, de fato, em alguns casos, existente: na verdade, o Estado foi determinante na moldagem da atual estrutura social do capitalismo agrário das nações centrais. É claro que essa intervenção só foi possível pela existência de uma estrutura produtiva pulverizada, diferentemente do que ocorria em outros setores econômicos. Mas coube às políticas agrícolas garantir tal atomização na oferta, imprimir estabilidade aos preços, de maneira a manter a renda do setor num patamar cada vez mais institucionalmente definido, e no mínimo suficiente para assegurar produção abundante. Seria um equívoco, entretanto, imaginar que essas políticas resultem fundamentalmente da pressão e dos interesses dos próprios agricultores. Na verdade, elas foram a *condição para que a agricultura desempenhasse um papel fundamental no próprio desenvolvimento do mundo capitalista:* o de permitir que o peso da alimentação na estrutura de consumo dos assalariados fosse cada vez menor, e portanto que os orçamentos domésticos pudessem consagrar-se crescentemente à aquisição de bens duráveis, uma das bases da própria expansão que conheceu o capitalismo entre o final da Segunda Guerra Mundial e o início dos anos de 1970.

Não se trata aqui – é importante desde o início deixar claro este ponto, ao qual voltaremos com freqüência – de qualquer tipo de "funcionalidade estrutural da pequena produção", idéia que norteou grande quantidade de trabalhos sobre a agricultura familiar na América Latina, sobretudo nos anos de 1970. Primeiramente pelo fato de não ser absolutamente "pequena" a agricultura à qual nos referimos. Nesse sentido as noções, tão caras ao althusserianismo, de articulação de modos de produção, de recriação do velho pelo novo, do atraso explicado pelo progresso, são inadequadas. Tanto mais que – este é o segundo ponto – o peso do Estado na consolidação da agricultura familiar como a base social do dinamismo do setor é fundamental: interferência nas estruturas agrárias, na política de preços, determinação estrita da renda agrícola e até do processo de inovação técnica formam o cotidiano dos milhões de agricultores que vivem numa estrutura atomizada onde, entretanto, o Estado tem influência maior que em qualquer outro campo da vida econômica. Não que a concorrência

Material com direitos autorais

tenha sido abolida: ela opera, porém, num quadro de permanente *organização pública dos mercados.*

Uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como *camponesa.* Os quatro primeiros capítulos que compõem a Parte I deste trabalho procuram lançar os elementos conceituais que permitem uma diferenciação substancial entre os agricultores aos quais até aqui nos referimos e os *camponeses.* Apesar da base familiar comum, é intransponível a distância social entre um suinocultor da Comunidade Econômica Européia, cuja renda depende em última análise dos acordos estabelecidos em Bruxelas, e uma família rural na Índia, cuja reprodução social apóia-se em laços de dependência comunitária e cuja ligação com o mercado mistura-se com um conjunto de relações de pessoa a pessoa. É possível uma distinção *conceitual* entre essas duas formas fundamentais de produção familiar? A resposta a tal questão na primeira parte do trabalho é afirmativa, mas condiciona-se a que se busque a raiz da diferença fundamentalmente no *ambiente* social, econômico e cultural que caracteriza cada uma delas. A própria racionalidade da organização familiar não depende – é o que se verá – da família em si mesma, mas, ao contrário, da capacidade que esta tem de se adaptar e montar um comportamento adequado ao meio social e econômico em que se desenvolve.

Embora recorra a exemplos de pesquisas de campo das quais participei, as conclusões desta primeira parte não se baseiam num estudo de caso. A tentativa foi sobretudo examinar como diferentes correntes de pensamento e vertentes de especialização profissional encaram o *camponês.* É possível responder à questão "o que é camponês"? Os dois primeiros capítulos dão conta do debate existente no início do século XX entre os clássicos marxistas da questão agrária, de um lado, e Alexander Chayanov, de outro, a respeito. Sob o ângulo marxista o camponês só pode ser definido pela tragédia de seu destino social: ele será fatalmente extinto pela própria dinâmica da diferenciação entre os produtores (Lênin), bem como será incapaz de resistir à concorrência das grandes empresas agrícolas (Kautsky). Trata-se aí de uma simples

Material com direitos autorais

aplicação do marxismo ao estudo da agricultura? Nada é menos evidente: os clássicos marxistas da questão agrária refletem muito mais as circunstâncias específicas em que viveram do que uma teoria universal a respeito do desenvolvimento do capitalismo no campo, como veremos no capítulo 1.

Já Alexander Chayanov e posteriormente o polonês Jerzy Tepicht (capítulo 2) procuram justamente aquilo que aos olhos marxistas pareceria um contra-senso: uma definição de campesinato cuja base seja a própria família, e as determinações que a estrutura familiar impõe sobre o comportamento econômico.

O capítulo 3 expõe três modelos de equilíbrio microeconômico da família camponesa. O objetivo é duplo. Primeiramente lembrar que o tema chayanovista do equilíbrio é retomado por parte importante da economia do desenvolvimento nos anos de 1960. Além disso, trata-se de explorar a fundo os determinantes do comportamento econômico camponês, de sua "morfologia", para falar como Chayanov.

No capítulo 4 a idéia é conhecer o ambiente cultural, social e econômico no qual as lógicas específicas examinadas nos capítulos 2 e 3 operam. O capítulo explora a noção de *sociedades camponesas*, tal como exposta pela antropologia clássica voltada ao tema (Redfield, Kroeber, Wolf), mostrando que a partilha de laços comunitários, bem como um conjunto de regras coletivas, marcam as particularidades sociais e culturais do campesinato. Sob o ângulo econômico, o capítulo explora a idéia de que são camponeses aqueles produtores familiares marcados por uma *inserção parcial em mercados incompletos* (Ellis, 1988; Friedmann, 1980). Diferentemente de boa parte da literatura a respeito, a ênfase da definição (e, portanto da diferença com relação aos agricultores familiares modernos) está no tipo de relação com o mercado. Neste sentido, a noção muito difundida, sobretudo nos anos de 1970, de que o camponês está "integrado ao capital", de que é um "modo de produção subordinado", peca por um problema conceitual elementar. O que essa noção escamoteia são os próprios limites da *racionalidade econômica* do campesinato, sua natureza fundamentalmente *incompleta*. Tanto Weber como Marx, em suas poucas observações a

Material com direitos autorais

respeito, corroboram esta crítica. Explicar a existência *camponesa* a partir da "lógica do capital" é um equívoco que impede a compreensão do que há de mais importante na estrutura social da agricultura capitalista contemporânea: o peso predominante, em seu interior, de unidades produtivas que são *familiares, mas não camponesas*.

Delimitado o terreno a respeito do que é campesinato, podemos voltar-nos, na Parte II do trabalho, ao estudo da estrutura social da agricultura no capitalismo avançado. O material empírico reunido nos capítulos 5 (Estados Unidos), 6 (Grã-Bretanha) e 7 (Europa Continental) não é evidentemente exaustivo – tanto mais que se vale de fontes secundárias –, mas basta para deixar patente a natureza predominantemente familiar da agricultura. O interesse do caso norte-americano vem não só do fato de esta ser a maior nação agrícola do mundo como também por ser freqüente a suposição falsa de que aí o assalariamento predomina economicamente sobre o trabalho familiar. O caso britânico é tanto mais ilustrativo que foi tornado pela economia política clássica até Marx como o exemplo do rumo que seguiria o capitalismo em seu desenvolvimento. É bem verdade que a separação entre as figuras do proprietário fundiário e do capitalista não demorou a ser considerada muito mais como exceção do que regra. O mesmo não pode ser dito, entretanto, da formação de uma classe de assalariados agrícolas, que até hoje é tomada como um dos grandes sinais do desenvolvimento capitalista no campo, apesar de seu peso nitidamente minoritário. O capítulo 7 reúne informações sobre a Europa Continental, e aí são fornecidos dados um pouco mais detalhados sobre as políticas estatais de fortalecimento da agricultura familiar, sobretudo com base no caso francês.

Como explicar essas particularidades nas agriculturas mais avançadas do mundo? Evidentemente, o terreno aí é vastíssimo, e uma resposta verdadeiramente satisfatória só poderia resultar de estudo histórico minucioso de um conjunto significativo de países. A quantidade de variáveis em jogo é imensa. O que me parece essencial – e nesse sentido é surpreendente a convergência entre autores marxistas e neoclássicos – é que houve um processo importante de transferência de renda da agricultura para o resto da sociedade através do mecanis-

Material com direitos autorais

mo de preços. A estrutura pulverizada da oferta agrícola foi condição necessária para a operação desse mecanismo, mas não suficiente: sem a intervenção maciça do Estado, a própria violência das oscilações dos preços acabaria por comprometer a abundância alimentar e a possibilidade de regulação institucional tanto da renda agrícola como dos preços alimentares. Longe de exprimir diretamente os interesses de um segmento da sociedade (a burguesia agrária, a agroindústria, por exemplo), o Estado procurou imprimir à agricultura uma função *estratégica* na reprodução social como um todo: a de permitir que o peso dos produtos alimentares – e fundamentalmente dos produtos básicos, isto é, cereais, leite, alguns tipo de carnes – nos custos de reprodução da força de trabalho fosse cada vez menor. Com base nos teóricos franceses ligados à *teoria da regulação,* procuro mostrar, no capítulo 8, que essa redução foi importante para o estabelecimento de um novo patamar na acumulação capitalista, conhecido pela termo *fordismo* ou *regime intensivo de acumulação de capital:* aquele onde se transformam não só os processos produtivos na indústria, mas o próprio padrão de consumo da classe operária, no sentido de incorporar, à sua cesta de bens, um conjunto de mercadorias saídas das novas correntes de produção.

Trata-se aqui então de discutir a agricultura sob o ângulo de suas funções macroeconômicas, estruturais, no desenvolvimento capitalista. A agricultura não pode ser considerada um simples segmento da divisão social do trabalho. Mas é importante notar – por aí se conclui o capítulo 8 – que este papel estratégico de rebaixamento dos preços alimentares pode ser cumprido pela agricultura em virtude não só de sua especificidade social e da intervenção do Estado, mas também das *particularidades naturais* que tornam absurda a expressão tão corrente na nossa literatura de "industrialização da agricultura". A regulação estatal da renda e dos preços agrícolas, cuja base objetiva é fornecida pela estrutura atomizada da oferta agrícola, apóia-se sobre a dificuldade real de que empreendimentos baseados fundamentalmente em trabalho assalariado sejam a regra da prosperidade no campo. O caráter natural, o peso das determinações biológicas, o fato de a agricultura

Material com direitos autorais

lidar diretamente com elementos vivos, em suma, os limites a que está sujeita a própria divisão do trabalho no campo são elementos decisivos para a compreensão das particularidades do setor.

Além dessa exposição dos principais aspectos de que se compõe o trabalho, devo ao leitor certamente uma explicação adicional. Por que motivo, num trabalho desta natureza, evitar tanto o material empírico, como a própria literatura brasileira de questão agrária? Uma resposta possível é que o material aqui reunido forma um conjunto coerente. É verdade, mas não se trata apenas disso. Cada uma das conclusões deste trabalho traz à tona problemas referentes não só ao caso brasileiro, mas de outros países da América Latina. Por que, contrariamente ao que ocorreu nos países capitalistas centrais, tem sido tão importante, em nosso desenvolvimento agrícola, o peso de empreendimentos baseados fundamentalmente no trabalho assalariado? Até que ponto a agricultura brasileira tem cumprido aquela função historicamente decisiva nos países capitalistas avançados de contribuir para o rebaixamento dos preços alimentares, no quadro de uma oferta abundante e sob estrito controle do Estado? Qual o sentido, entre nós, da chamada "pequena produção", e até que ponto sobre sua base é possível o desenvolvimento de políticas semelhantes às aqui expostas na Parte II do trabalho?

O enfrentamento dessas questões supõe na verdade o estabelecimento de um referencial teórico e histórico para o estudo da questão agrária muito diferente daquele que domina a partir dos clássicos marxistas. Este trabalho pretende contribuir para a formação de um corpo de problemas que extrapole os temas recorrentes da integração entre agricultura e indústria e da ampliação do trabalho assalariado como sinônimos de desenvolvimento capitalista. Não é possível por enquanto adiantar em que sentido tal superação é necessária. Na conclusão do livro exponho o que me parece ser a base de uma agenda de pesquisa que os resultados aqui alcançados sugerem.

Material com direitos autorais

# PARTE I

Material com direitos autorais

# O Saco de Batatas

Existindo o nome, existe o bicho.
Ditado popular nordestino.

## *1.1 Uma Categoria Universal?*

É impossível encontrar uma questão agrária formulada explicitamente nos escritos de Marx. Por mais que se tenha revestido de um aparato teórico imponente, esta célebre expressão (questão agrária) sempre correspondeu, antes de tudo, à resposta de certas organizações políticas a determinadas situações circunstanciais. Particularmente os dois grandes clássicos sobre o tema, publicados ambos originalmente em 1899, O *Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* (Lênin, 1969) e *A Questão Agrária* (Kautsky, 1980), que já chegaram até a ser vistos, cada um, como o Livro IV de *O Capital*, só podem ser compreendidos de maneira adequada no quadro das lutas políticas em que se inseriam seus autores, muito mais do que como simples "aplicações" de uma doutrina elaborada, ainda que de maneira incipiente, sobre as leis gerais do desenvolvimento do capitalismo na agricultura[1]. O fato é que,

1. Essa é uma das teses básicas do livro de Hussain e Tribe (1983), cuja leitura foi fundamental para a elaboração deste capítulo. Permito-me apoiar nesse importante livro boa parte das idéias aqui expostas não só por não ter sido traduzido, mas também



Material com direitos autorais

embora Marx tenha consagrado uma parte importante de sua energia ao estudo da especificidade da agricultura no capitalismo, não é nem de longe em torno das conclusões por ele alcançadas no Livro III de O *Capital*, nem nas longas partes consagradas ao tema nas *Teorias da Mais-Valia* que se organizam os trabalhos de Lênin, de Kautsky e as discussões que tanto a social democracia alemã como a russa realizaram durante mais de três décadas sobre o assunto[2]. Mais do que isso, apesar da importância da *agricultura* na elaboração teórica de Marx[3], não existe nada em seu trabalho que contemple aquilo tratado, já no final do século XIX, como o eixo de articulação da *questão agrária*: a produção familiar na agricultura, suas tendências e suas funções no desenvolvimento capitalista. Particularmente sobre o campesinato, pode-se encontrar uma abordagem política carregada de profundo ceticismo no *Dezoito Brumário de Luís Bonaparte* (o famoso saco de batatas) e uma intuição teórica genial e precursora no Livro III de O *Capital*, onde Marx mostra que o

> [...] preço dos cereais em países em que prepondera a propriedade parcelar está em nível mais baixo que nos países com modo de produção capitalista. Uma parte do mais-trabalho dos camponeses que trabalham sob as piores condições é dada gratuitamente à sociedade e nem sequer entra na regulação dos preços de produção ou na formação do valor em geral. Esse preço mais baixo é, portanto, um resultado da pobreza dos produtores e, de modo nenhum, da produtividade de seu trabalho (Marx, 1986, p. 261).

Como bem assinalou Tepicht (1973, p. 14), entretanto, transformar essa passagem em teoria sobre o tema pode ser reconfortante, mas não faz avançar em nada o conhecimento científico. As razões pelas quais

por se tratar de obra pouco conhecida do público especializado brasileiro. O livro de Howard (1989) também contém referências úteis sobre o debate marxista russo e alemão do início do século, embora não se concentre na questão agrária.

2. Basta lembrar que Lênin nem toca na questão da renda da terra, e o tratamento dado por Kautsky ao tema, no capítulo 5 de seu livro, não é usado como referência importante na montagem de seus argumentos.
3. Só o volume ocupado pelas questões ligadas à agricultura nas *Teorias da Mais-Valia*, por exemplo (Marx, 1970), já é uma demonstração disso.

Material com direitos autorais

o campesinato está praticamente ausente da obra de Marx não podem ser compreendidas com base naquilo que Popper (1979) chamou de sociologia ou psicologia da descoberta: não é por etnocentrismo, nem por viver num país onde o campesinato já tinha declinado irreversivelmente[4] que Marx não se dedica a estudar a produção familiar na agricultura, mas por razões que se prendem à própria estrutura lógica de sua obra e cuja explicação exige uma pequena digressão teórica.

Apesar do peso do campesinato na população e mesmo nas lutas sociais na Europa de seu tempo, O *Capital* não é simplesmente um mosaico de conflitos. Nem muito menos uma *sociologia* desses conflitos. A obra situa-se no plano de uma fenomenologia das formas sociais, onde o ponto de partida contém o destino final da trajetória: a mercadoria resulta de atividade particular, privada, mas voltada, ao mesmo tempo, para a satisfação de necessidades gerais, sociais. O produtor mercantil tem sua existência cindida por sua dupla condição de só poder satisfazer seus interesses quando se volta para o outro: não, porém, num processo de colaboração direta e imediatamente social, mas no mercado. O que caracteriza a sociabilidade no mundo das mercadorias é exatamente a divisão contida em cada produtor – e em seus respectivos produtos – entre sua natureza particular e seu caráter social. Naquilo que os economistas clássicos viam a expressão mesma da evolução da humanidade, o desenvolvimento do comércio, Marx enxerga o drama da sociabilidade e conseqüentemente da personalidade fragmentada, alienada, tanto mais distante de si mesma e dos outros homens quanto mais próxima deles através do vínculo desnorteador que é o mercado.

O desenvolvimento do capitalismo nada mais é que a submissão de todas as esferas da vida social a essa condição atomizada. Se, na produção mercantil simples, o produtor e seu produto trazem em si a dupla condição do trabalho privado e ao mesmo tempo social, da coisa útil que é também valor, na produção capitalista a divisão encarna-se

4. Se é que ele alguma vez aí existiu: MacFarlane (1980) sustenta nunca ter havido na Inglaterra algo próximo a uma "sociedade camponesa".

Material com direitos autorais

em *figuras sociais* polares: o trabalho abstrato, geral, universal, criador dos elementos materiais que permitem a reprodução social cristaliza-se de um lado, na classe operária; a particularidade, o caráter privado do modo de ser característico do mundo mercantil fixa-se no outro lado, na classe burguesa. A *diferenciação social dos produtores*, nesse sentido, não decorre de um exercício classificatório levado adiante pelo cientista social: ela não tem a mesma natureza que a estratificação por faixa etária, ocupação profissional, grau de instrução etc. É do interior mesmo da mercadoria que emerge a forma particular de socialização cujo resultado é a necessária divisão da sociedade em classes sociais. Conseqüentemente, é do desenvolvimento das lutas entre essas classes que vai depender a organização social como um todo, bem como seu destino.

Mas – e é nesse sentido que Marx não faz um trabalho *sociológico* – o desfecho da batalha é dado de antemão, bem como seu sentido geral: a tendência a que os homens dependam cada vez mais uns dos outros na reprodução de sua vida material, sem que entretanto possam ter um controle racional sobre essa sua dependência, a generalização do trabalho assalariado, mediatizado porém pelo capital, a constituição de um sujeito coletivo responsável cada vez mais pela produção social, mas preso por sua submissão a proprietários privados, esse conjunto de contradições é resolvido quando essa nova *espécie* criada pelo capitalismo (o trabalhador coletivo) exerce a "cooperação e a propriedade comum da terra e dos meios de produção produzidos pelo próprio trabalho" (Marx, 1985, p. 294) e instaura portanto uma outra sociabilidade baseada antes de tudo na cooperação consciente e voluntária entre os indivíduos, mas sobre a base das grandes conquistas técnicas que o capitalismo desenvolveu. O trabalho, em Marx, para usar a expressão de Habermas (1987, pp. 43-60), tem uma função de "síntese": não o trabalho na sua particularidade, mas, ao contrário, como incorporação da sociabilidade nova que o capitalismo implanta irracionalmente, anarquicamente, e que a supressão do capitalismo permite controlar pela vontade inteligente e planejadora.

Essas reflexões e seu caráter inevitavelmente abstrato não pretendem ser um resumo, mesmo que parcial, das idéias de Marx. O objetivo

Material com direitos autorais

é mostrar que responde a uma razão de natureza *ontológica* – que se refere à maneira como Marx concebe a vida social – a existência de duas classes como *dramatis personae* de O *Capital:* a sociedade capitalista, na concepção de Marx, *é* o desenvolvimento da contradição entre o caráter privado e social do trabalho e, portanto, a preparação para uma organização social racionalmente disposta e controlada. É na polarização dada pelo duplo caráter da própria sociabilidade no mundo das mercadorias que se encontra a redução a apenas duas das classes em luta para a formação de um mundo novo.

Se esse é o empreendimento, de fato não tem sentido, em tal plano de análise, estudar qualquer outra forma de organização social senão em sua relação com o desenrolar da tragédia e, portanto, sob esse prisma, nada mais lógico que os camponeses, quando mencionados, apareçam como espécies fatalmente condenadas à *diferenciação,* e conseqüentemente à eliminação social.

> [...] o desenvolvimento econômico distribui funções entre diferentes pessoas; e o artesão ou o camponês que produz com seus próprios meios de produção ou será transformado gradualmente num pequeno capitalista que também explora o trabalho alheio ou sofrerá a perda de seus meios de produção e será transformado em trabalhador assalariado (Marx, *Teorias da Mais-valia, apud* De Janvry, 1981).

Quando, por que mecanismos e quais as eventuais tendências contrabalançantes desse destino fatal são questões que só podem ser respondidas no quadro de análises específicas, tópicas, nacionais e mesmo regionais. Isso é tão óbvio que não é possível admitir que Marx pudesse ter em mente qualquer tipo de previsão quanto ao desaparecimento iminente do campesinato e mesmo quanto à sua inexistência quando do começo da construção do socialismo.

Veremos a seguir as conseqüências políticas do que acaba de ser exposto. É preciso, entretanto deixar claro uma conseqüência *teórica:* é impossível encontrar na estrutura de O *Capital* um *conceito*[5] de cam-

5. "Não se pode construir um conceito rigoroso de 'modo de produção camponês'", afirmam Ennew *et al.* (1977, p. 296). No mesmo sentido, Bernstein (1979, p. 421)

Material com direitos autorais

ponês. Se, do ponto de vista marxista, é possível falar *conceitualmente* em classe operária e burguesia, campesinato é uma expressão que não encontra lugar definido no corpo de categorias que formam as leis básicas de desenvolvimento do capitalismo. Os proprietários fundiários só emergem como a "terceira" classe à medida que a eles corresponde um rendimento cuja origem é a mais-valia social.

Mas da apropriação de que parte do trabalho social vive o campesinato? Como definir economicamente a forma de rendimento que lhe corresponde? Se ao camponês for atribuído lucro, ele se torna um capitalista. Se receber um salário, vira operário. Se viver da renda da terra, é então um proprietário fundiário. A impossibilidade de definir claramente a natureza e a origem de seus rendimentos demonstra que o conceito de camponês em O *Capital* é *logicamente* impossível. A *atividade produtiva que dá origem a sua reprodução não tem o estatuto de trabalho social*, e é nesse sentido que o campesinato só pode se constituir naquele grupo de *bárbaros* de que falava Marx. As duas únicas classes que possuem a universalidade de incorporar nelas mesmas os elementos básicos de organização da *sociabilidade contemporânea* são a burguesia e o proletariado. Somente elas são, nesse sentido, classes e possuem a universalidade teórica de *conceitos*[6], de elementos que se ligam necessariamente ao conjunto do sistema teórico construído. E

sustenta: "Segue-se que tal definição geral de camponeses é a-histórica e, no melhor dos casos, tem apenas uma utilidade descritiva".

6. Não me parece necessário nem apropriado explorar os fundamentos filosóficos dessa proposição. Convém assinalar entretanto que *conceito* aqui é empregado no sentido hegeliano, que, no caso, corresponde ao tratamento de Marx das categorias analíticas: "o *conceito* ('der Begriff'), para Hegel, é a autodeterminação do sentido, o universal que se particulariza [...]. A passagem conceitual de uma determinação a uma outra é portanto uma passagem imanente, necessária" (Bourgeois, 1970, p. 118).

   Este é justamente o procedimento fenomenológico adotado por Marx na transformação da mercadoria em dinheiro, do dinheiro em capital etc. e do qual só emergem, como *categorias necessárias*, as classes fundamentais tratadas em O *Capital*. No mesmo sentido vai a observação de Fleischmann (1968, p. 29): "Assim, toda determinação lógica é uma entidade conceitual, que possui sentido nela mesma e pode ser objeto de pensamento e não uma generalização do mundo exterior com a qual confunde-se freqüentemente – seguindo Locke e John Stuart Mill – a conceituação e a formação das noções".

Material com direitos autorais

é nesse sentido que o único problema agrário passível de existência em *O Capital* é exatamente aquele sobre o qual os clássicos da questão agrária posteriores a Marx praticamente nada tiveram a dizer: a formação da renda fundiária e sua apropriação por uma classe cuja existência justifica-se no plano teórico pelo monopólio exercido sobre um elemento produtivo que, por definição, não entra no circuito de reprodução das mercadorias, a terra.

Assim como não se pode deduzir daí nenhum desprezo da parte de Marx pelos camponeses, é em vão que se buscarão em seus *textos* os fundamentos teóricos da atitude dos partidos operários do final do século XIX – e muito menos dos partidos que comandaram as experiências contemporâneas de agricultura coletivista – com relação ao campesinato.

## *1.2 A ortodoxia das circunstâncias*

O que então os clássicos posteriores a Marx e que trataram da questão agrária *têm* a nos dizer sobre o campesinato? Muito, se relacionarmos suas posições teóricas com o contexto histórico e sobretudo intelectual em que escreveram. Nada, se tomarmos suas idéias como expressões conceituais de categorias universalmente existentes no capitalismo.

Talvez o exemplo mais claro do caráter circunstancial que pode ter uma atitude irrepreensivelmente ortodoxa seja fornecido pelo debate em torno do destino da comuna rural – o famoso *Mir* – na Rússia. Numa carta de 1881 à revolucionária russa Vera Zassulitch, Marx (1970, p. 319) afirma que "na Rússia, graças a uma combinação de circunstâncias únicas, a comuna rural, estabelecida ainda em escala nacional, pode gradualmente despojar-se de seus caracteres primitivos e desenvolver-se diretamente como elemento da produção coletiva em escala nacional".

É bem verdade que dessa carta conhecem-se quatro rascunhos. Mas por mais polêmico que fosse o problema e por menos seguro que

Material com direitos autorais

## A COMUNA CAMPONESA OU *MIR*

Marx dedicou parte considerável de seus dez últimos anos de vida ao estudo do idioma e da situação social da Rússia. Muito atraído pelo ímpeto do movimento revolucionário e pelo interesse que suas idéias despertavam naquele país – basta lembrar que O *Capital* foi traduzido para o russo antes que para o inglês –, Marx foi um estudioso entusiasta das particularidades sociais do meio rural russo. Sua atenção foi despertada em especial pelo caráter comunitário do acesso à terra entre os camponeses, que no final do século detinham nada menos que três quintos das terras aráveis da Rússia européia (Shanin, 1983, p. 13). A comunidade assim constituída chamava-se *mir* ou *obshchina*. O mir ou obshchina era "[...] uma comunidade territorial com governo próprio e a principal proprietária legal das terras possuídas ou utilizadas por suas unidades domésticas" (Shanin, 1983, p. 61). Tratava-se de uma unidade administrativa local responsável por uma série de poderes e tarefas dentro de cada comunidade camponesa. De caráter eletivo, normalmente era dominada pelos camponeses mais ricos e governada pelos anciãos da comunidade.

Cada família detinha, em regime de propriedade privada (e passível de transmissão por herança), apenas um pequeno lote, a área restante sendo distribuída pelo conselho comunitário levando-se em consideração o tamanho da família, e, portanto, sua capacidade de trabalho e suas necessidades de consumo. Essa forma de distribuição da terra com base no tamanho da família será fundamental na elaboração da teoria de Chayanov, que estudaremos no próximo capítulo. Além disso, parte das terras era trabalhada coletivamente. Os marxistas ortodoxos russos do início do século, a começar por Plekhânov, viam nessa mistura de propriedade individual e uso coletivo do solo um traço atrasado, feudal, que o capitalismo deveria remover. Com a ironia que lhe é característica, Marx cunhou os céticos com relação às possibilidades de transformação socialista da comuna rural russa (do *Mir*) de "amantes do capitalismo russo" (Shanin, 1983, p. 15).

Material com direitos autorais

Marx se sentisse a respeito – já que estava em questão um caminho para a construção da sociedade sem classes diferente daquele a ser percorrido pela Europa Ocidental –, a prova de que o conteúdo da carta correspondia realmente àquilo que pensava Marx está no fato de que fez figurar observação com o mesmo teor no derradeiro prefácio por ele escrito ao *Manifesto Comunista*, um ano antes de sua morte, em co-autoria com Engels: "Se a revolução russa dá o sinal de uma revolução operária no Ocidente, e ambas se completam, a propriedade comum atual da Rússia pode ser o ponto de partida de uma evolução comunista" (Marx e Engels, 1970, p. 6).

A esperança de Marx na comuna rural russa é suficiente para indicar a injustiça – ou no mínimo a parcialidade – das acusações tão freqüentemente a ele dirigidas de etnocentrismo e de evolucionismo[7]. O que explica sua atitude com relação à Rússia, entretanto, é em grande parte um elemento de natureza *política*: Marx estava convencido de que os métodos terroristas empregados pelos *Narodniks* poderiam ter um efeito positivo na desagregação do tzarismo. Na verdade, Marx acreditava que o absolutismo russo encontrava-se em franca deterioração: "[...] todas as partes da sociedade russa estão em completa desintegração econômica, moral e intelectual. Desta vez a revolução vai começar no Leste, que foi até agora a fortaleza inquebrantável e o exército de reserva da contra-revolução"[8].

Engels, em 1885, chega a dizer, igualmente em carta a Vera Zassulitch: "[...] se alguma vez o blanquismo – a fantasia de revirar toda uma sociedade através da ação de uma pequena conspiração – teve uma certa justificação para sua existência, foi certamente em São Petersburgo"[9].

Ora, já nesse período Plekhânov, conhecido como o pai do marxismo russo, separara-se dos *Narodniks* e procurava demonstrar que, sem um movimento de massas com ampla envergadura, seria impossível

7. Ver, por exemplo, Georgescu-Roegen, 1969, e a resposta em que Thorner, 1969, mostra a imensa preocupação de Marx com as especificidades do caso russo.
8. Carta a Sorge de 1877, *apud* Hussain e Tribe, 1983, p. 176.
9. *Apud* Hussain e Tribe, 1983, p. 177.

Material com direitos autorais

derrubar o tzarismo. A condenação aos *Narodniks* não se referia apenas a seus métodos terroristas. O que estava em questão nas críticas a eles dirigidas por Plekhânov era o próprio setor social sobre o qual os *Narodniks* depositavam suas expectativas transformadoras. O que caracteriza o surgimento da social-democracia russa é a proposição de que somente a *classe operária* podia liderar e vencer a luta contra o absolutismo. Mais do que isso, para Plekhânov – e essa idéia *não seria* defendida posteriormente por Lênin – o campesinato nada mais é que uma massa reacionária, apoiada em formas arcaicas e patriarcais de vida, na verdade a principal fortaleza do absolutismo.

O estágio, entretanto, em que se encontravam, no final do século XIX, tanto a organização dos trabalhadores como o próprio desenvolvimento do capitalismo na Rússia era – no entender dos social-democratas, então em constituição como organização política – substancialmente diferente daquele já atingido na Europa Ocidental. O atraso da Rússia não era apenas econômico, mas sobretudo político, e se manifestava tanto na restrição generalizada às liberdades públicas que a autocracia representa como no peso esmagador – particularmente para os camponeses – dos encargos feudais. Essa constatação colocava aos social-democratas uma espécie de dilema em torno de cuja solução giraram não só seus conflitos internos básicos mas sua originalidade política e intelectual: como desenvolver a luta por objetivos socialistas numa situação em que é necessário remover os obstáculos representados pelo absolutismo e pelas relações sociais sobre as quais se apoiava o poder da nobreza feudal? Lutar imediatamente pelo socialismo mostrava-se aos social-democratas russos como objetivo utópico não só devido ao precário grau de amadurecimento das condições objetivas, mas sobretudo porque a derrubada do tzarismo e a conquista de condições sociais semelhantes às que foram colocadas pela Revolução Francesa – em suma, a revolução democrática – ainda não tinham sido alcançadas na Rússia. Nisso os social-democratas se distinguem dos *Narodniks* e de seus sucessores políticos e intelectuais, os socialistas-revolucionários. Mas lutar apenas pelos objetivos democráticos da revolução poderia ser uma atitude conservadora pela qual os social-

Material com direitos autorais

democratas não se distinguiriam da própria burguesia republicana ou constitucionalista[10].

A principal conseqüência prática da determinação do *caráter democrático – e não socialista – da revolução russa*, tal como formulada pelos social-democratas, é que, nessa etapa, não é só a classe operária que está interessada na conquista da liberdade, mas outros setores da população, particularmente setores da burguesia e os camponeses. Ora, o dilema que surge desse quadro – e em torno do qual se deu o essencial da divisão entre mencheviques e bolcheviques – reside em como conciliar o objetivo de unidade entre classes sociais opostas na luta por uma meta comum com a necessidade de afirmar a personalidade autônoma e independente da classe operária. Os social-democratas lutavam contra a autocracia e a nobreza feudal apenas como condição para que a classe operária pudesse alcançar seus objetivos próprios e reconhecidamente antagônicos aos das classes com as quais ela se aliaria no momento da revolução democrática. A obstinação de Lênin, em particular, de que os social-democratas participassem das grandes batalhas políticas de seu tempo era proporcional a seu permanente esforço de mostrar a heterogeneidade social sobre a qual se apoiava o conjunto de interesses opostos à autocracia.

Fora desse contexto político, é impossível compreender o traço básico do pensamento agrário de Lênin: a ênfase na *diferenciação social* do campesinato, presente em seus escritos desde os primeiros trabalhos de 1893 e em torno do qual gira o que de mais importante ele produz no início de sua atividade intelectual, culminando com o clássico *Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. Tão importante quanto apoiar as reivindicações antifeudais e antiabsolutistas dos camponeses como um todo (no sentido do avanço da revolução democrática) era mostrar a heterogeneidade do mundo rural. Ao contrário da unidade de interesses e da possibilidade de construir sobre sua base um ambicioso projeto de transformação social, como pretendiam os populistas,

10. É sobretudo nas obras que antecedem a revolução de 1905 que essa questão é colocada por Lênin. Uma das mais interessantes reflexões a respeito pode ser encontrada em Lênin, 1964a, pp. 227-229 e 1964b, pp. 275-290.

Material com direitos autorais

e particularmente os socialistas-revolucionários, a característica básica da sociedade agrária está em seu acelerado desenvolvimento capitalista, que se realiza através da clara separação, no interior mesmo do campesinato, entre proletariado e burguesia. Para os populistas, o capitalismo, além de indesejável, tinha poucas chances de prosperar na Rússia, dada a própria miséria em que se achavam os produtores rurais. A redenção da pobreza poderia ser feita através de um caminho que poupasse à Rússia a passagem pelo capitalismo, já que ela possuía base social para ir diretamente ao socialismo. Para Lênin, ao contrário, a pobreza não era incompatível com o surgimento de um mercado interno para o avanço capitalista. Ao contrário, a aceleração da pobreza (resultante da separação entre os produtores e suas condições imediatas de trabalho) e o crescimento do mercado eram processos simultâneos e indissociáveis[11]. Não se tratava, para os social-democratas, de apoiar qualquer reivindicação no sentido de fazer retroceder a agricultura a seus traços pré-capitalistas, mas, ao contrário, de apoiar a eliminação completa das formas feudais, inclusive daquelas representadas pelas relações comunitárias entre os camponeses.

Em suma, se do ponto de vista da luta democrática os social-democratas apoiavam as reivindicações dos camponeses como um todo, sob o ângulo da luta socialista seu apoio limitava-se àquelas parcelas da população rural que se encontravam em identidade social com o proletariado urbano. É interessante observar que essa parcela não era formada por um proletariado agrícola completamente separado dos meios de produção, classe que praticamente não existia no mundo rural russo. Onde o trabalho dos social-democratas deveria concentrar-se era em torno dos camponeses pobres que, mesmo possuindo terra, vendiam também sua força de trabalho, fazendo parte, portanto, *objetivamente* do proletariado. É impressionante o esforço de Lênin em retirar das estatísticas disponíveis em seu tempo – e não só na Rússia, mas tam-

11. Em um de seus primeiros trabalhos, Lênin (1966: 87-140) desenvolve essa questão, cuja exposição completa será feita em O *Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*.

Material com direitos autorais

bém na Alemanha e nos EUA[12] – os elementos mostrando o caráter verdadeiramente ilusório do crescimento de pequenas propriedades: na verdade, para Lênin, longe de qualquer sinal de fortalecimento do campesinato, o que o peso imenso das pequenas propriedades mostrava era a massa de indivíduos paupérrimos que, embora possuindo um lote de terra, eram obrigados a assalariar-se para viver.

A insistência nesse ponto é importante, pois em torno dele formou-se talvez o mais importante *paradigma* marxista no estudo da questão agrária: *o esforço permanente de encontrar na diferenciação social dos produtores a essência da vida agrária de qualquer país capitalista.*

Tal proposição tem de ser tratada como um paradigma, no sentido kuhniano, e só pode ser compreendida se em torno dela for elaborado um trabalho de sociologia do conhecimento e de história das idéias sociais. Seu valor heurístico é menos importante que o conjunto das condições em que se insere e que a explicam. A maior demonstração de que a ênfase na diferenciação social reflete muito mais as condições políticas em que Lênin atuava do que *propriedades objetivas e universais do desenvolvimento do capitalismo no campo* não está tanto em trabalhos como os de Szurek (1982), que mostram certo malabarismo estatístico no estudo da diferenciação social[13], onde por vezes a posse de quatro ao invés de um cavalo pode servir para estabelecer a linha de limite entre classes sociais antagônicas; nem tampouco no fato de que as tendências identificadas por Lênin de crescimento do campesinato pobre e do proletariado não foram confirmadas, posteriormente à sua morte, em nenhum dos países por ele estudado. Talvez a maior prova do caráter circunstancial da suposta *lei* da diferenciação social dos produtores em classes sociais antagônicas esteja no fato de que da Alemanha sai outro clássico da literatura agrária marxista, aliás aplaudido entusiasticamente por Lênin, no qual outros temas são colocados em realce. Vejamos a questão mais de perto.

12. Com relação à Alemanha, ver Lênin, 1967, pp. 179-228. Com relação aos Estados Unidos, ver Lênin, 1960, pp. 9-108.
13. É importante também, nesse sentido, a contribuição de Wilkinson, 1986, cap. 2.

Material com direitos autorais

No prefácio à edição francesa de *A Questão Agrária*, Kautsky desculpa-se junto aos leitores daquele país por ter ali publicado previamente uma obra voltada fundamentalmente à polêmica – *O Marxismo e seu Crítico Bernstein* –, e declara-se agora redimido por apresentar um livro onde pode mostrar que "O trabalho positivo me agrada mais do que a luta contra camaradas cujas opiniões não são as minhas..." (Kautsky, 1980, p. 18).

De fato, a obra é redigida em estilo tal que se tem por vezes a impressão de se tratar de um compêndio científico. Nada mais falso, entretanto. Se *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* não pode ser compreendido fora do quadro da tentativa de afirmação de uma organização marxista operária na luta contra a autocracia, *A Questão Agrária* tem pouco sentido se abstraída dos problemas colocados igualmente para um partido operário (porém já constituído) no quadro de uma democracia parlamentar. A obra foi escrita após alguns anos de polêmica no interior da social-democracia alemã, cujos interlocutores reais são raramente citados por Kautsky: os chamados "revisionistas", que têm em E. Davi[14] um de seus expoentes mais importantes.

Em 1890, imediatamente após sua legalização, a social-democracia alemã, com um quinto dos votos, é o mais expressivo partido do país, embora sua representação no *Reichstag* não corresponda à quantidade de sufrágios por ela obtidos nas eleições. Além disso, no plano regional, seu peso parlamentar é muitas vezes nulo, até porque as restrições à livre manifestação eleitoral, bastante atenuadas em termos federais, ainda eram imensas nos diferentes *Landtagen* (Hussain & Tribe, 1983, p. 73). A ilegalidade em que Bismarck mergulhou o partido em 1878 não impediu que seus principais líderes continuassem participando da vida política e eleitoral do país, nem que a influência geral da social-democracia, uma organização que mesmo no período da ilegalidade nunca se mostrou inclinada a aderir a táticas de natureza insurrecional, se ampliasse.

Diferentemente de sua atitude com relação à Rússia, Marx e Engels enxergavam nas lutas de massa e na sua expressão eleitoral um elemento

14. As teses de E. Davi foram igualmente criticadas por Lênin (1967).

Material com direitos autorais

decisivo – embora não exclusivo, é claro – do caminho para o poder na Alemanha. Ora, dos 20% de votos obtidos pelos social-democratas em 1890, pouquíssimos vieram do meio rural, cuja representação política era monopólio de organizações conservadoras. Embora no campo vivessem apenas 30% da população, sua representação parlamentar encontrava-se superestimada, pois o governo recusava-se a alterar os resultados do recenseamento de 1867, desprezando então os efeitos do maciço êxodo rural e subavaliando o peso político da população urbana. Com 20% do total dos votos, a social-democracia só possuía 9% do parlamento federal, enquanto o Partido Conservador, com 12,5% dos votos, a maior parte dos quais obtidos nos distritos rurais a leste do Elba, ficava com 19% das cadeiras (Hussain & Tribe, 1983, p. 75). Angariar o apoio da população rural era, portanto, importante para ampliar não só o peso parlamentar nacional do partido, mas também para incrementar sua participação praticamente nula nos parlamentos regionais.

É em grande parte em torno desse desafio que se estruturam os temas relevantes da questão agrária para a social-democracia alemã. E aí podemos encontrar no interior do partido claramente duas tendências. Por um lado, aqueles que vêem nos camponeses uma categoria social com os dias contados. A própria concorrência de produtos vindos das novas fronteiras agrícolas (Austrália, EUA, por exemplo) provocaria uma baixa tão importante nos preços que acabaria muito rapidamente por inviabilizar a agricultura familiar.

A conseqüência política dessa convicção – que, de resto, não se revelou verdadeira – é que, no plano programático, o partido não deveria contemplar nem fazer qualquer tipo de concessão a reivindicações que emanassem dos camponeses como proprietários privados. O trabalho do partido no campo deveria consistir em organizar os assalariados agrícolas ali onde eles fossem majoritários (ao leste do Elba, sobretudo) e em explicar aos camponeses a inevitabilidade de seu desaparecimento naquelas regiões em que, como no sul do país, a produção familiar fosse ainda dominante.

É nesse contexto que se pode entender o célebre texto de Engels *A Questão Camponesa na França e na Alemanha*, escrito pouco tempo

Material com direitos autorais

antes de sua morte e, na verdade, o único dele ou de Marx consagrado especificamente à *questão camponesa*. Trata-se menos de realizar uma análise científica a respeito do "campesinato" – apesar das definições fornecidas no início do trabalho nesse sentido – do que de repreender os socialistas franceses e alemães que queriam vender aos pequenos produtores ilusões com relação a suas possibilidades de sobrevivência no capitalismo e *a fortiori* no socialismo. Sem qualquer tipo de complacência, Engels aponta ao campesinato apenas dois caminhos: ou sua ascensão social à classe burguesa ou então sua união, por força mais das circunstâncias do que da vontade dos social-democratas, aos operários. Seu julgamento com relação ao destino da produção familiar na agricultura não poderia ser mais categórico: "O desenvolvimento da forma capitalista de produção rompeu o nervo vital da pequena exploração na agricultura; a pequena exploração agrícola está decaindo e marcha irremediavelmente para a ruína" (Engels, 1981, p. 60).

No mesmo sentido vai a recusa sistemática de Kautsky tanto no Congresso de Breslau, em 1895, como na segunda parte de *A Questão Agrária* de que a social-democracia possua um programa agrário específico, além daquele onde as reivindicações do proletariado rural (equalização das condições de trabalho na cidade e no campo, por exemplo) sejam contempladas. A social-democracia não pode ter um programa voltado para a defesa de qualquer setor proprietário[15] da população (Hussain & Tribe, 1983, p. 129).

Por outro lado, porém, já no início dos anos de 1890 o Partido Social-Democrata da Bavária postula-se como representante de todos os trabalhadores e não só dos proletários, atitude bastante semelhante à adotada pelos socialistas franceses. Antes disso, Bebel já tentara mostrar a Engels o desastre político e eleitoral das tentativas de convencer os camponeses da iminência de seu desaparecimento. Em um dos trechos mais interessantes de seu livro, Hussain e Tribe mostram militantes operários social-democratas nos anos de 1890 indo ao campo nos fins

15. Logo no prefácio da edição francesa de sua obra, Kautsky (1980, p. 15) deixa claro que no Congresso de Breslau "[...] eu me pronunciara contra qualquer defesa artificial dos camponeses."

Material com direitos autorais

de semana como "agitadores de domingo" com tal missão, e sendo recebidos com toda a hostilidade não só pelos grandes proprietários mas também pelos próprios camponeses. Com base na pressão da ala "camponesista" do partido (contra a qual Engels escreve seu célebre texto), o congresso social-democrata de Frankfurt de 1894 nomeia uma comissão para estabelecer reivindicações específicas aos camponeses (referentes a crédito, por exemplo), mas no ano seguinte em Breslau todas as sugestões nesse sentido são rejeitadas.

Esse é o quadro político e intelectual do qual emerge *A Questão Agrária*. A tentativa mais importante do livro está em demonstrar a superioridade da grande exploração capitalista sobre a propriedade familiar, e portanto a inutilidade de se procurar frear o movimento inelutável que o capitalismo promove de expropriação camponesa. Kautsky procura provar teoricamente que ali onde os camponeses sobrevivem isso não é sinônimo de eficiência, mas de superexploração, do fato de venderem seus produtos a preços que não cobrem sequer a sua própria subsistência. O importante é a inutilidade de qualquer trabalho político que procure atenuar a irreversibilidade do declínio camponês. E o caminho para isso está na demonstração da superioridade técnica e econômica da grande exploração sobre a pequena. Nesse sentido, a ênfase do trabalho de Kautsky é substancialmente diferente da de Lênin. Não se encontra em *A Questão Agrária* qualquer semelhança com o minucioso esforço de Lênin de demonstrar a heterogeneidade social do mundo rural. O paradigma oferecido por Kautsky concentra-se muito mais nas relações entre agricultura e indústria, na idéia de "industrialização da agricultura", na impossibilidade de o pequeno estabelecimento agrícola incorporar as conquistas técnicas, organizacionais e econômicas à disposição dos capitalistas e, portanto, na tendência a que o grande e não o pequeno produtor se integre com a indústria, em suma, na reflexão sobre temas praticamente ausentes do trabalho de Lênin. Os adversários políticos de Kautsky não pecavam por subestimar a importância do desenvolvimento capitalista na agricultura e, portanto, por enxergar no campo uma realidade homogênea capaz de trazer em si os germes da construção do socialismo. Seu desvio era de outra natureza:

Material com direitos autorais

consistia em localizar no produtor familiar (cuja organização social era, de resto, completamente diferente da do campesinato comunitário russo) um elemento evidentemente diferente do proletariado, mas que a ele poderia se unir não apenas provisoriamente, mas, no quadro de suas diferenças recíprocas, constituir o projeto de transformação socialista da sociedade. Ora, o importante aqui é que o argumento central dos "revisionistas" alemães era de natureza técnica: eles defendiam, na verdade, a superioridade técnica da forma familiar de produção sobre a grande exploração capitalista. Conseqüentemente, é nesse plano que se estruturam a resposta e o pensamento agrário de Kautsky.

É excessivamente fácil mostrar que as "previsões", tanto as de Lênin como as de Kautsky, na maior parte dos casos não se realizaram. O processo de diferenciação social dos produtores não progrediu de maneira a ampliar a quantidade de trabalhadores assalariados no campo. O primeiro recenseamento agrícola posterior àquele em que Lênin (1960) apoiou seu importante trabalho sobre a agricultura norte-americana já mostrava tendência declinante no proletariado agrícola[16]. Mais importante ainda é que se realizou algo que contraria inteiramente não só as previsões de Lênin e de Kautsky como as explicações que eles davam à sobrevivência das pequenas explorações agrícolas no capitalismo: é impossível afirmar que a sobrevivência da produção familiar no capitalismo contemporâneo seja explicável pela *miséria* do produtor. Mais do que isso: a incompatibilidade entre progresso técnico e produção familiar – tão decisiva no argumento de Kautsky – mostra-se hoje (como veremos na Parte II deste trabalho) completamente abolida, se é que alguma vez existiu.

O que se procurou mostrar neste capítulo não é uma incompatibilidade entre os pontos de vista defendidos por Lênin e Kautsky no que se refere à questão agrária. Ao contrário, as congruências são significativas. Mas as ênfases e, sobretudo, os eixos básicos em torno dos quais se articulam os trabalhos de cada um, em suma, os paradigmas

16. Para uma interessante exposição a respeito, mostrando que os dados então disponíveis confirmavam as teorias de Lênin, mas que as transformações técnicas subseqüentes fizeram retroceder as tendências por ele apontadas, ver Wright, 1988.

Material com direitos autorais

em torno dos quais se desenvolvem seus "programas de pesquisa" (para empregarmos a expressão de Lakatos, 1979), são diferentes.

## *1.3 Resumo e conclusões*

O que isso significa para o tema deste trabalho, isto é, para a compreensão das particularidades da agricultura familiar no capitalismo contemporâneo? Podemos resumir em quatro pontos as conclusões do exposto:

1. O que existe como *questão agrária* no corpo teórico de *O Capital* é muito distante daquilo que a social-democracia russa e a alemã – que moldaram os paradigmas básicos pelos quais o tema foi encarado no marxismo desde então – elaboraram. De fato, o que é próprio à lógica de desenvolvimento de *O Capital* é o problema da renda fundiária – ou seja, das condições de reprodução do capital ali onde um dos elementos da produção não é mercadoria – tema que desempenha um papel desprezível nos escritos de Lênin e Kautsky.

2. Não só na obra teórica de Marx não é possível encontrar um *conceito* de camponês, como categoria social do capitalismo, mas também será vã – e provavelmente desembocará numa atitude pouco fértil para o conhecimento – a tentativa de buscar esse aparato conceitual na obra dos grandes clássicos marxistas que trataram do tema. Qualquer tentativa de absolutizar as formas como Lênin, Kautsky ou Engels trataram a questão camponesa, isto é, de imprimir a seus resultados o estatuto de categorias objetivas da realidade social, não leva em conta que, no marxismo, dada a função que a questão da produção familiar preenche nas lutas políticas de cada época, o camponês não pode ser senão uma categoria socialmente construída.

3. Essa observação não se aplica a todas as categorias do pensamento marxista: é legítima, *sob o ângulo da lógica* de *O Capital*, a atribuição à classe operária, à classe capitalista e à classe dos proprietários fundiários o estatuto de categorias objetivas da vida social. Nesse sentido é que não é possível encontrar um *conceito* de camponês no pensamento

Material com direitos autorais

marxista, embora o campesinato esteja presente e seja permanentemente elaborado na prática política de partidos de orientação marxista. Isso significa que as indicações teóricas dos clássicos marxistas voltados à questão camponesa serão tanto mais bem entendidas quanto mais situadas nos contextos históricos e intelectuais dos quais derivam e que lhes dão significado.

4. Se o camponês não é, por definição, uma das classes que compõem a sociedade capitalista contemporânea, restam, no plano teórico e político, duas possibilidades. Por um lado, aquela pela qual optaram tanto Lênin como Kautsky ao tentarem mostrar que o peso atual da produção familiar não impedia que as grandes tendências apontadas teoricamente estivessem em franca realização, e que o mundo agrário caminhava em direção a uma polarização social semelhante à existente na sociedade como um todo. Entretanto, todos os que, por outro lado, não acreditavam nesse vaticínio estariam inclinados não só a compreender as razões momentâneas da sobrevivência da agricultura familiar, mas, mais do que isso, a procurar explicações alternativas às fornecidas pelas teorias disponíveis sobre a força da produção doméstica no campo, apesar do desenvolvimento capitalista. É o que será visto nos próximos dois capítulos.

Material com direitos autorais

# Diferenciação ou Identidade: Quando o Saco de Batatas Pára em Pé

> Foram os economistas que definiram os problemas científicos existentes na esfera da economia. O resultado é que hoje nós não sabemos quase nada de economias outras que a nossa. Mesmo esta nós só a compreendemos parcialmente, por não possuirmos uma sociologia da economia de mercado.
>
> Hopkins, 1957, *apud* Godelier, 1975.

## *1.1 Apresentação*

Apesar de sua importância política para a social-democracia, as discussões sobre o campesinato não se limitaram, na passagem ao século XX, aos marxistas. Mais do que isso, pode-se dizer – foi o que acabamos de ver no capítulo 1 – que o ponto de vista pelo qual os clássicos marxistas da questão agrária encaravam a produção familiar não estimulava qualquer tentativa de estudar o fenômeno senão com base em suas preocupações políticas centrais: no caso de Lênin, como constituir a *unidade* com as camadas pobres (na verdade, segundo ele, proletárias) da população rural no quadro da *aliança* – necessariamente provisória, dividida e conflituosa – com o campesinato como um todo; no caso de Kautsky, como demonstrar a inutilidade de se tentar ganhar para a causa social-democrata a adesão dos camponeses, como pequenos proprietários de meios de produção.

É importante assinalar, sob o ângulo teórico, que não faz sentido para o marxismo a idéia de uma *economia camponesa*. Se, como vimos no início do capítulo anterior, o mundo das mercadorias se define por



Material com direitos autorais

## ALEXANDER CHAYANOV

Apesar de seu autoritarismo político, de seu atraso econômico e de sua imensa miséria social, a Rússia da passagem do século XIX para o século XX reunia impressionante quantidade de grandes intelectuais em todos os campos da cultura, da pintura à música, passando pela literatura e pelas ciências sociais e biológicas. É nesse ambiente que Alexander Chayanov (1888-1930) destaca-se já em 1913, não só como professor de um importante instituto de agronomia perto de Moscou, mas pela relevância dos trabalhos que então, muito precocemente, publicara. Ele é o principal expoente de um grupo de economistas agrícolas e engenheiros agrônomos que ficou conhecido como a "Escola da Organização da Produção", por sua permanente tentativa de contribuir para que os camponeses pudessem melhor gerir os recursos de que dispunham. Na verdade, esse grupo exprimia o trabalho molecular realizado no interior do país por milhares de jovens agrônomos que reuniram seu sentimento de oposição ao tzarismo a pesquisas extremamente minuciosas sobre a vida camponesa. Além de um conhecimento profundo da geografia agrária de seu próprio país, Chayanov era um estudioso dos assuntos ligados ao desenvolvimento agrícola e sobretudo ao cooperativismo na França, na Suíça, na Itália, na Alemanha e na Bélgica. Manteve contato estreito com importantes intelectuais desses países, como os célebres economistas Bortkiewicz e Alfred Weber, em cuja revista (dirigida igualmente por J. Schumpeter e E. Lederer) publicou estudos sobre a questão agrária russa e seu famoso trabalho publicado em português e que citamos aqui (ver Bibliografia), em edição de 1981. Além de suas atividades como economista agrícola, escreveu obras de crítica de pintura e três romances. Destes, o mais famoso (*Viagem de meu Irmão Alexis ao País da Utopia Camponesa*, 1976) conta a história de Alexis Kremniov, que, magicamente, desperta na Rússia em 1984 contemplando as mudanças trazidas por 67 anos de revolução. Há mesmo quem diga que a data do célebre livro de Orwell (*1984*) foi inspirada no romance de Chayanov. É interessante ressaltar (fato pouco conhecido entre nós) que Chayanov foi vice-ministro do governo Kerensky, derrubado pelos bolcheviques na Revolução de Outubro. Isso não o impediu de colaborar ativamente com o novo regime, na tentativa, quase desesperada, de persuadir os comunistas da catástrofe que a coletivização forçada provocaria no país e da contribuição que o cooperativismo poderia oferecer à construção do socialismo.

Material com direitos autorais

sua sociabilidade contraditória – onde a ação de cada um é determinada de maneira não planejada pelo outro –, é nessa alteridade que a vida social, e portanto as categorias econômicas centrais que lhe dão sentido, se constituem. Cada segmento e cada classe da sociedade serão conhecidos em última análise pela maneira como se inserem na divisão do trabalho. Qualquer categoria social não imediatamente incorporada às duas classes básicas só possuirá uma existência social fugaz, inócua de certa maneira. A relação do camponês com a sociedade, sob esse ângulo, o conduz fatalmente à autonegação: seu ser só pode ser entendido pela tragédia de seu devir. Sua definição é necessariamente negativa: ele é alguém que *não* vende força de trabalho, mas que *não* vive basicamente da exploração do trabalho alheio. Nesse plano, então, no mundo capitalista, o camponês pode ser no máximo um resquício, cuja integração à economia de mercado significará fatalmente sua extinção.

É de certa forma contra essa perspectiva que se estrutura a obra dos autores estudados neste capítulo, Alexander Chayanov e Jerzy Tepicht, para os quais a *economia camponesa* pode ser objeto de um conhecimento racional e positivo. Mais do que isso, o que procuram demonstrar são leis de funcionamento, expressões científicas de uma existência que nada tem de contingente e ocasional: o campesinato existe por responder a uma *necessidade social.* O que estabelece o critério de tal necessidade não é, diferente do que ocorre em Marx, a relação com o outro e a superação de si próprio no quadro dessa relação. Ao contrário, é no interior mesmo do organismo camponês (mais do que na sua inserção social) que serão aqui procurados os elementos que fazem dessa forma social "o mais velho e mais universal modo de produção conhecido na história" (Galeski, *apud* Shanin, 1973, p. 63).

Evidentemente, os camponeses não são e nunca foram entidades autárcicas nem independentes, distinguindo-se assim de um sem-número de formas diretamente comunitárias de vida. Entretanto, em que pesem não só sua *inserção,* mas sua *subordinação* a universos mais amplos – traços que farão do campesinato uma *sociedade parcial (part-society),* para importantes antropólogos que se debruçaram sobre a questão, como veremos no capítulo 4, é possível localizar elementos de permanência,

Material com direitos autorais

## CHAYANOV E O STALINISMO

Chayanov tinha plena consciência dos limites da ação autônoma do campesinato e não era, como veremos, adepto do isolamento e da autarcia. A preocupação central de sua obra não está em conservar valores e formas sociais antigas, mas em como promover a modernização econômica em ambientes onde essas formas são dominantes. Essa preocupação constante com a modernização da agricultura e do meio rural não impediu que, juntamente com outros importantes cientistas agrários, Chayanov fosse acusado em 1930 de organizar um Partido Camponês, que teria de 100 mil a 200 mil membros e uma vasta rede em vários setores governamentais. Na verdade, como mostra Medvedev (1987, p. 83), "o Partido Camponês foi inventado para oferecer bodes expiatórios para a escassez alimentar e particularmente de carne".

Vários cientistas foram imediatamente executados após "confessarem-se" responsáveis pelos problemas com o abastecimento de carne.

A repressão stalinista contrasta nitidamente com o fato curioso de que Lênin autorizou pessoalmente a edição do romance de Chayanov em 20 mil exemplares, o que suscitou, da parte dos bolcheviques, muitas críticas pelo desperdício de papel em plena Guerra Civil. No início dos anos de 1920 Chayanov confiava no sucesso da NEP, tanto é que, após viagem de estudos pela Inglaterra e Alemanha em 1922-1923, ele voltou à URSS e aí assumiu posto de direção no Instituto de Economia Agrícola. Em 1924 ele publicou uma coletânea de seus textos, mas prefaciados por um jovem sociólogo bolchevique que o apresenta como expoente da ideologia pequeno-burguesa (nem capitalista, nem proletária) (Mottura, 1988). Durante os anos de 1960, o nome de Chayanov aparece timidamente na *Enciclopédia Soviética*, sem a data de sua morte e com o pedido aos leitores de que se alguém tivesse informação a respeito, que informasse os editores da enciclopédia. Após cinqüenta anos de ostracismo, os trabalhos de Chayanov agora serão reeditados em russo.

Material com direitos autorais

de continuidade, de unidade de um modo de ser que exige e merece das ciências sociais uma caracterização própria, que não se apóie apenas em suas diferenças com relação a outras categorias sociais.

Os formuladores marxistas clássicos da questão agrária serão aqui interlocutores permanentes – mesmo que nem sempre citados – por duas razões básicas:

1. É sobretudo em torno das opiniões de Lênin – e com base em sua ênfase na diferenciação das classes sociais no campo – que se reorganizaram não só a agricultura soviética no período stalinista posterior à NEP[1] como também a dos países da Europa do Leste, de economia centralmente planificada. A missão de "levar a luta de classes ao campo" provocava situações inimagináveis como a da Polônia, a partir de 1948, em que "[...] os ativistas encontravam enormes dificuldades em distinguir um 'médio' de um *koulak*, dispondo um de duas vacas e o outro, de dois cavalos" (Szurek,1984, p. 111).

Além disso,

> [...] muitos camponeses considerados ricos dividiram sua propriedade entre os membros da família, tentando parecer pobres e aliviar os impostos exorbitantes que lhes eram cobrados. Retalharam, assim, uma estrutura agrária onde não cabiam redistribuições. Em seguida, quantidades consideráveis de agricultores fizeram-se passar por pobres, com vistas a se beneficiar de facilidades diversas; depois de devastar suas explorações, aderiram às cooperativas de produção – onde pela boa causa o Estado os protegia – sem melhorar, evidentemente, sua produtividade (Szurek,1984, p. 111).

Alexander Chayanov, o primeiro autor aqui estudado, tinha perfeita consciência das conseqüências nefastas do coletivismo e não é sem

1. *Nova Política Econômica*: é a política implantada pelo governo soviético desde o fim da Guerra Civil (1922) até 1928, onde se estimulava algo próximo ao que conhecemos como economia mista (isto é, com forte peso da iniciativa privada). No meio rural, a NEP cessou a forte perseguição que sofreram os "kulaks" (camponeses ricos) no período da Guerra Civil, e contava com eles para garantir o abastecimento nacional em produtos agrícolas e matérias-primas. Com o fim da NEP e a concentração do poder nas mãos de Stálin, veio a política da coletivização forçada cujos resultados não só sociais mas econômicos foram absolutamente catastróficos, como o previra Chayanov.

Material com direitos autorais

razão que o próprio Lênin – cujo sentido prático era certamente mais forte que a fidelidade incondicional às teses que ele próprio defendera durante toda a vida – o convidou para chefiar a seção agrária da Academia de Ciências da URSS, cargo que manteve até 1930, quando foi expurgado pela perseguição stalinista.

Há, portanto, um sentido político claro na tentativa de mostrar a *unidade*, a *identidade* – ao invés da obstinada *diferenciação* leninista – do campesinato: trata-se de um setor – é o que os autores aqui estudados pretenderão demonstrar – que possui substância social para a fundamentação, senão de um projeto autônomo, ao menos do desejo de que na luta pela emancipação social sua posição própria seja respeitada e valorizada. Vai, aliás, na mesma direção a afirmação de Tepicht – que tem um sentido sobretudo autocrítico, já que ele participou das tentativas de organizar os camponeses poloneses em cooperativas durante os anos de 1950 e foi ainda um dos divulgadores das teses leninistas (Szurek, 1982) – de que na Polônia "[...] o problema que se coloca não é o da eficiência – muito grande – do controle do poder econômico sobre este setor, mas o do controle que os interessados – produtores e consumidores de gêneros agrícolas – são suscetíveis de exercer sobre este poder" (Tepicht, 1973, p. 6).

Tanto a ameaça da coletivização como sua experiência concreta formam, portanto o pano de fundo do qual emergem os trabalhos dos teóricos da economia camponesa aqui estudados.

2. É preciso reconhecer, entretanto, que os clássicos marxistas da questão agrária tocaram num ponto essencial sobre cuja resposta não há, mesmo para os teóricos da economia camponesa, unanimidade: quais as transformações que sofre o campesinato com sua crescente inserção nas relações mercantis? Se é relativamente fácil mostrar que as previsões apocalípticas sobre seu desaparecimento não se confirmaram, não se pode, entretanto, falar com tranqüilidade de sua *manutenção* nas sociedades contemporâneas. As mudanças sofridas pela produção familiar na agricultura de hoje são tão profundas que se não se encaminharam no sentido da diferenciação social, por outro lado não permitiram que as características centrais da produção camponesa permanecessem.

Material com direitos autorais

Como veremos adiante, é imensa a contribuição de Chayanov, Tepicht e de outros estudiosos da economia camponesa que serão expostos no próximo capítulo para a compreensão de um tipo social que, no entanto, nem de longe possui, na sua estrutura organizacional interna, a estabilidade freqüentemente a ele imputada. Nesse sentido (é o que veremos na conclusão deste capítulo), pode-se perguntar até que ponto é possível apoiar-se nas determinações dadas pelas características "internas" do campesinato para compreender sua lógica econômica.

Tanto Chayanov como Tepicht – é necessário que seja frisado, logo de início – têm perfeita consciência de que por mais importante que seja a caracterização do camponês como uma forma social estável, esta tende irrefreavelmente à transformação e, no limite, à extinção. No plano prático, isso se traduz pelas preocupações permanentes de Chayanov com a formação de cooperativas capazes de estimular a modernização da produção familiar e pela constatação de Tepicht de que, nas sociedades de hoje (mesmo nas de economia centralmente planificadas), a existência camponesa apóia-se sobre um conjunto de condições que o próprio desenvolvimento social econômico e político tende a eliminar.

## 2.2 *Alexander Chayanov*

Uma apreciação de conjunto sobre a obra de Alexander Chayanov é muito difícil, já que uma parcela reduzida de seus textos foi traduzida e publicada no Ocidente (Chayanov, 1930, 1976, 1981, 1986 e 1988). Felizmente, porém, o acesso a seu livro mais importante permite que se tracem aqui o alcance e os limites daquela que, certamente, é a mais completa tentativa de teorização a respeito do comportamento econômico camponês, escrita por um autor cujo espírito cosmopolita e cuja invejável cultura em campos estranhos à área econômica e agronômica não impediam um conhecimento minucioso do interior de seu próprio país.

A base desse conhecimento são os *zemstvos*, escritórios de repre-

Material com direitos autorais

sentação da população rural criados em 1864, em grande parte para levar adiante as reformas decorrentes da abolição da servidão (1861), para recensear a população e que, para tanto, se lançaram num "vasto programa de pesquisa econômica e estatística sobre os problemas econômicos camponeses" (Thorner, 1986, p. xi).

Mais de 4 mil volumes foram produzidos por esses escritórios até a Primeira Guerra Mundial, formando um conjunto de informações sobre a economia camponesa sem igual em qualquer outro país até hoje. Vários dos profissionais envolvidos nesses levantamentos e nos trabalhos de apoio ao campesinato próprios aos *zemstvos* eram oposicionistas ao regime tzarista e simpáticos às lutas camponesas. A força desses centros locais de produção de informações, análises e trabalho de apoio ao campesinato era tão grande e "alguns de seus relatórios tão chocantes que em 1890 o governo aprovou uma lei proibindo qualquer pesquisa sobre as relações senhor-camponês, o que não impediu que as investigações prosseguissem" (Thorner, 1986, p. xii).

O estudo dessa imensa massa de dados, assim como o contato permanente com os técnicos trabalhando nos *zemstvos*, persuadiram Chayanov de que os métodos de contabilidade empregados habitualmente em estudos econômicos revelavam-se inconsistentes quando aplicados à economia camponesa, exigindo assim mudança na própria atividade de recolhimento de informações e de análise estatística (Kerblay, 1986, p. xxxi). O problema que preocupava Chayanov é hoje de grande atualidade nas ciências sociais como um todo: não se pode compreender o campesinato imputando-lhe categorias que não correspondem a suas formas de vida. Embora a unidade de produção camponesa lide com trabalho, bens de produção e terra, disso não decorre a presunção de que ela gera salário, lucro e renda da terra. Tal abordagem – típica da economia marginalista, que na pessoa do economista suíço E. Laur impunha-se nos métodos de pesquisa econômica sobre a agricultura na Europa, e particularmente na França – apresentava o grave inconveniente de demonstrar a inviabilidade[2] de estabelecimentos

2. Um interessante exemplo dessa inviabilidade contábil de um estabelecimento cam-

Material com direitos autorais

econômicos que entretanto existiam e podiam mesmo conhecer uma certa prosperidade. A alternativa marxista de enxergar o camponês como uma espécie de ornitorrinco social (simultaneamente patrão, empregado, proprietário e arrendatário de si próprio) parecia um recurso mais de linguagem que um instrumento para se compreender de fato aquilo que Chayanov considerava como objeto de conhecimento necessário e possível: "a morfologia da máquina produtiva chamada unidade de produção camponesa" (Chayanov, 1986, p. 44).

Seu empreendimento teórico, sobretudo para as condições em que se encontravam as ciências sociais da época, era monumental: não se tratava simplesmente de repudiar o marxismo em benefício da economia neoclássica ou vice-versa, mas de elaborar uma *Teoria dos Sistemas Econômicos não Capitalistas* (Chayanov, 1981). E é claro que entre esses sistemas econômicos não capitalistas destaca-se a economia camponesa. O campesinato não é simplesmente uma forma ocasional transitória, fadada ao desaparecimento, mas, ao contrário, mais que um setor social, trata-se de um sistema econômico, sobre cuja existência é possível encontrar as *leis da reprodução e do desenvolvimento*[3].

Diferentemente de um trabalhador assalariado, o camponês é um "sujeito criando sua própria existência" (Chayanov, 1986, p. 118).

As razões que determinam suas tomadas de decisão podem ser encontradas através da observação de suas "idéias organizacionais, a maquinaria de seu organismo econômico individual, que é a unidade subjetiva teleológica da atividade econômica racional, isto é, da gestão de seu estabelecimento" (Chayanov, 1986, p. 118).

Não é o estudo de sua inserção na divisão social do trabalho e o papel que aí ele desempenha que explicam o comportamento camponês: ao contrário, é pelo estudo de seu comportamento que se pode com-

ponês é fornecido por Barlett (1984, p. 151). Na Costa Rica, ela indica claramente o caso de um camponês que, pelos métodos contábeis tradicionais, seria julgado um mau administrador de seus recursos e sobre o qual seria presumível um padrão de vida baixo. Na verdade, o que ela encontrou em campo foi exatamente o contrário, o que se explicava pelas categorias chayanovistas que serão expostas logo adiante.

3. É muito interessante o comentário de Sperotto (1988, p. 50) a respeito.

Material com direitos autorais

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

Aumentando o tamanho da família crescerá a intensidade do trabalho. O importante é que tanto a satisfação das necessidades de consumo como o julgamento sobre a penosidade do trabalho capaz de atingir essa satisfação são de natureza estritamente subjetiva. O valor que a família atribui a seu esforço – e que explica o volume da atividade econômica – depende da estimativa que é feita do trabalho, relativamente à satisfação ou não das necessidades de consumo. Em outras palavras, trata-se de determinar a utilidade marginal da renda obtida, relativamente às necessidades de consumo, pois é isso que permite "estabelecer a natureza da motivação da atividade econômica da família camponesa" (Chayanov, 1986, p. 46).

Daí decorrem duas outras idéias básicas do pensamento de Chayanov. Primeiramente, *a renda familiar é um todo indivisível* cuja formação se origina e depende de um organismo econômico único. Por essa razão é equivocada a tentativa de conceber o camponês como um capitalista que é seu próprio operário. Na unidade de produção camponesa, a família "como resultado de seu ano de trabalho recebe uma renda do trabalho única e pondera seu esforço relativamente aos resultados materiais obtidos" (Chayanov, 1986, p. 41).

O que determina o comportamento do camponês não é o interesse de cada um dos indivíduos que compõem a família, mas sim as necessidades decorrentes da reprodução do conjunto familiar.

Baseado na unidade do organismo econômico familiar, na indivisibilidade de sua renda, por um lado, e na determinação estritamente subjetiva de seu processo de tomada de decisões, por outro, Chayanov propõe o conceito de *auto-exploração* do campesinato. Não que o trabalho camponês não seja apropriado sem equivalente por outras classes sociais e ainda pela agroindústria. Pode-se falar em *auto-exploração,* porém, na medida em que a intensidade do trabalho camponês não é determinada por sua relação com outras classes da sociedade, mas fundamentalmente pela razão entre a penosidade dos esforços empreendidos relativamente à satisfação de suas necessidades. A exploração que outras classes exercem sobre o camponês depende antes de tudo do próprio camponês como unidade de autodeterminação de sua orga-

Material com direitos autorais

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

mas pertencem a qualquer unidade produtiva onde "o trabalho está ligado ao gasto de esforço físico e os ganhos são proporcionais a este esforço" (Chayanov, 1986, p. 90).

4. Dentro da divisão convencionalmente adotada para classificar correntes de pensamento nas ciências sociais entre individualismo e coletivismo metodológico (Nagel, 1968, pp. 481-491; Przeworski, 1988; Bobbio & Bovero, 1986), onde classificar o trabalho de Alexander Chayanov? A unidade básica com a qual trabalha não são indivíduos nem motivações psicológicas individuais. Seu ponto de partida é, ao contrário, a determinação dos comportamentos individuais em função da unidade social em que se inserem: a família. A conduta da família, porém, é explicada por fatores de natureza estritamente econômica[11]. Não existem normas a reger o comportamento das famílias senão as quantificadas nas estatísticas dos *zemstvos* e que podem ser reduzidas às leis econômicas fundamentais que foram expostas acima. O conhecimento científico sobre o sistema econômico camponês apóia-se na idéia de que as diferentes condutas individuais possuem determinação comum, que é o quadro familiar em que se inserem e que as explica. Apesar do caráter econômico e da tentativa de imprimir objetividade às leis expostas, o trabalho estatístico e interpretativo aproxima-se, entretanto, do da hermenêutica contemporânea, à medida em que busca na existência cotidiana da camponês as categorias fundamentais pelas quais sua vida pode ser explicada. Que essas categorias sejam elaboradas e interpretadas por Chayanov não impede que elas tenham a pretensão de retratar objetivamente as aspirações, as motivações e as determinantes do processo de tomada de decisão, que são de natureza subjetiva. O interesse do esforço de Chayanov é tanto maior que sua interpretação não se limita à exposição de casos específicos ou à simples repetição empírica de fatos localizados observados, mas pretende imprimir universalidade, necessidade social à existência camponesa. O campesinato deixa de ser uma categoria social transitória,

11. Não há em Chayanov qualquer abordagem de tipo durkheiniano em que o comportamento se explica por um código moral coletivo incorporado individualmente. É nesse sentido que sua análise é estritamente econômica.

Material com direitos autorais

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

De fato, a agroindústria e o capital financeiro estavam se encarregando de fazer da agricultura familiar parte integrante da divisão social do trabalho em nível internacional, por aí subvertendo seus traços essenciais. Com efeito, a integração com a agroindústria só era possível caso a organização econômica do estabelecimento camponês deixasse de corresponder fundamentalmente às forças internas que Chayanov analisou e passasse a obedecer a padrões, impostos pela agroindústria, de quantidades produzidas, qualidade dos produtos, momentos de venda; em suma, essa forma de "penetração" do capitalismo na agricultura tinha o condão de revirar os fundamentos da produção camponesa, sem que isso significasse um processo *horizontal* de diferenciação social, nos moldes apontados por Lênin. A integração com a agroindústria significa em, última análise, que o camponês não é mais o "sujeito criador de sua própria existência", expressão tão cara a Chayanov: esse sujeito agora não se situa mais internamente no estabelecimento camponês, mas está no mercado. Como veremos na Parte II deste trabalho, esse processo já se desenvolvia em alguns países capitalistas – na Dinamarca, por exemplo, desde o final do século XIX.

Mas é justamente da Dinamarca que vem uma modalidade específica de integração vertical. Com efeito, nada obrigava que fossem capitais privados os agentes organizadores deste verdadeiro planejamento do trabalho agrícola. Nesse sentido, Chayanov percebeu claramente aquela que seria uma das mais importantes modalidades assumidas pela socialização crescente do trabalho camponês: o *cooperativismo*.

> Algumas vezes, esta concentração vertical, segundo a situação econômica geral, assume forma cooperativa ou mista e não capitalista. Neste caso, o controle dos empreendimentos necessários ao sistema de comércio, ao transporte, à irrigação, ao crédito e ao processamento que concentram e guiam a produção agrícola parcial ou totalmente, este controle pertence não aos proprietários de capital, mas aos pequenos produtores mercantis organizados que contribuíram com seu próprio capital a estes empreendimentos ou foram capazes de criar capital social (Chayanov, 1986, p. 263).

Ora, se no capitalismo era possível o desenvolvimento cooperativo do processamento, da armazenagem, do transporte dos produtos agrí-

Material com direitos autorais

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

- unidade indissolúvel entre o empreendimento agrícola e a família[15];
- uso intensivo de trabalho;
- natureza patriarcal da organização social[16].

Além dessas três características básicas do *modo de produção camponês*, inspiradas nitidamente em Chayanov, Tepicht encontra outra, de orientação claramente marxista, que dá como que um novo sentido aos traços acima expostos: a família camponesa cumpre, tanto no capitalismo como no socialismo, a função importante de permitir a oferta de produtos agropecuários a preços inferiores aos das grandes empresas. A base dessa diferença de preços reside em última análise no fato de que o camponês não exige, para manter-se na atividade, a obtenção da taxa média de lucro, como mostra Marx, no pequeno trecho de *O Capital* dedicado à análise da propriedade parcelar citado no capítulo anterior. O essencial, ao contrário, é a obtenção de uma renda que permita a reprodução da própria família:

> [...] contrariamente ao capitalista que não aplica novos fundos sem contar com uma taxa proporcional de lucro, diferentemente do assalariado que demandará para cada hora suplementar de trabalho tanto, senão mais, que por suas horas normais, o "pessoal" de uma exploração familiar camponesa fornece, para aumentar sua renda global, um adicional de trabalho, pago a um preço mais baixo e provocando a queda de seu "pagamento" coletivo (Tepicht, 1973, p. 35).

Mas, se é assim, por que razão os indivíduos que compõem a família não procuram aumentar sua renda recorrendo ao mercado de trabalho assalariado e abandonando, no limite, a atividade familiar? Existe uma forte razão econômica (que vai além da idéia chayanovista de solidariedade intrafamiliar) a explicar tal comportamento. É que as

15. É interessante observar que, segundo Weber (1981, p. 8), "a moderna organização racional da empresa capitalista não teria sido viável sem a presença de dois importantes fatores de seu desenvolvimento: a separação da empresa da economia doméstica, que hodiernamente domina por completo a vida econômica, e, associado de perto a esta, a criação de uma contabilidade racional".
16. Esse ponto é desenvolvido de forma bastante interessante nos trabalhos de Garcia Jr. (1983) e Heredia (1979).

Material com direitos autorais

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

4. Entretanto, no capitalismo, a integração crescente dos camponeses ao mercado subverte os elementos constitutivos da produção familiar, e *elimina* o *equilíbrio entre* o *trabalho e* o *consumo como fator determinante das decisões econômicas*, que se concentram cada vez mais na agroindústria, seja ela capitalista ou cooperativa.

5. O principal interesse da tentativa de Tepicht de unificar num só corpo analítico as forças internas formadoras do campesinato e as funções econômicas que ele preenche na reprodução social pode ser assim resumido: longe de ser uma forma universal capaz de se incorporar às mais diversas sociedades, o campesinato aparece como um tipo social específico sobre o qual o desenvolvimento capitalista exerce um efeito altamente desagregador.

6. Nesse sentido – é o que se estudará na Parte II – a estrutura social da agricultura contemporânea dos países capitalistas centrais tem por base uma forma social que, sem corresponder à polarização prevista pelos clássicos marxistas da questão agrária, não possui tampouco os traços básicos daquilo que se pode chamar de campesinato.

Antes porém de passarmos ao estudo desta nova categoria social, é importante que duas questões sejam abordadas: primeiramente, vale a pena analisar a maneira como as preocupações de Chayanov com relação à especificidade do comportamento camponês aparecem em alguns dos debates contemporâneos sobre o desenvolvimento econômico. É o que será examinado no próximo capítulo. Em seguida, procuraremos estudar o campesinato sob um ângulo diferente do abordado por Chayanov e os economistas. Com efeito, no capítulo 4, por oposição à "morfologia" exposta por Chayanov e vários economistas, estaremos em busca de uma "fisiologia" do campesinato. Veremos então quais as condições sociais em que a existência camponesa é possível.

Material com direitos autorais

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

racionalidade econômica. Já Lipton (1968) vê na lógica econômica da família camponesa o contrário do encontrado por Schultz: não a busca do lucro, mas a aversão ao risco. Por fim, Mellor (1963), Sen (1966) e Nakagima (1969) retomam e desenvolvem os termos em que Chayanov colocou o problema da especificidade do processo de tomada de decisões no interior da família[1].

## *3.2 O maximizador de lucro*

Poucas teorias sobre a agricultura tiveram repercussão prática tão significativa quanto a celebrizada por Theodore Schultz na expressão "pobres, mas eficientes". Com efeito, publicado em 1964, o livro do professor da Universidade de Chicago e prêmio Nobel de Economia – *Transformando a Agricultura Tradicional* – exerceu enorme influência na formação de intelectuais e técnicos responsáveis pela implantação, em países do Terceiro Mundo, de centros de extensão e pesquisa nos quais boa parte da Revolução Verde se enraizou. Aqui, o que mais interessa na obra de Schultz é a apresentação da agricultura "tradicional" não como expressão de indolência ou atavismos culturais retrógrados, mas, ao contrário, como um sistema coerente e racional de uso dos fatores cuja compreensão econômica é perfeitamente possível, e cujo funcionamento é praticamente perfeito.

A raiz dessa perfeição está numa dupla inseparável: eficiência e maximização de lucro. Nada mais distante da realidade da agricultura tradicional que a imagem do Jeca Tatu: contrariamente a uma importante vertente do pensamento econômico do início dos anos de 1960 (Georgescu-Roegen, 1960, por exemplo), Schultz refuta a noção

1. Ellis trabalha na verdade com cinco modelos. Na presente exposição não abordo um caso importante, mas que não modificaria qualitativamente os resultados aqui alcançados: a situação de parceria, meação e arrendamento – os camponeses *sharecroppring*. Por outro lado, fundi numa só exposição aquilo que o rigor de Ellis exigiu que fosse objeto de tópicos distintos: em sua exposição sobre os modelos de equilíbrio trabalho/consumo ele separa os casos em que não existe mercado de trabalho daqueles onde o assalariamento e o pagamento de salários são supostos.

Material com direitos autorais

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

pleta, não por qualquer tipo de racionalidade própria a cada uma – já que suas motivações econômicas são idênticas – mas porque não há evolução lenta e gradual que leva uma à outra: se depender da própria agricultura, não havendo intervenção estimuladora do Estado, a agricultura tradicional é incapaz de sair do marasmo secular que a caracteriza.

3. Não se pode aprimorar ou melhorar a agricultura tradicional com base nos fatores que ela costumeiramente emprega. O que caracteriza os países pobres não é a má utilização dos fatores existentes, mas sim a sua baixa produtividade.
4. Do ponto de vista social, os resultados da aplicação das teorias de Schultz a países do Terceiro Mundo podem ser extremamente perversos.
5. Cabe ao Estado tomar a iniciativa de implantar centros de experimentação e de difusão que permitam aos agricultores o acesso às modernas tecnologias.

## *3.3 O minimizador de riscos*

A ortodoxia schultziana não foi a única maneira de a economia neoclássica voltar-se para o campesinato. A idéia de que a meta dos agentes econômicos é a maximização de seu bem-estar e que, de forma geral, os indivíduos são racionais no sentido de definirem meios a seu alcance e levarem em conta o conjunto da situação em que se inserem para atingir tal objetivo, esta idéia não resulta necessariamente no comportamento maximizador de lucros. Ao contrário, a microeconomia dos anos de 1960 mostra que é perfeitamente possível a montagem de modelos de maximização alternativos ao de Schultz.

Um dos mais importantes fatores que Schultz não leva em consideração ao postular a identidade de comportamentos entre os agricultores tradicionais e as empresas modernas é a significativa diferença de *riscos* existente entre ambas. É evidente que em qualquer sociedade mercantil existe um grau de *incerteza* ligado às atividades econômicas.

Material com direitos autorais

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

*no quadro dos meios materiais da agricultura tradicional promover políticas de desenvolvimento.*

Não é muito clara a posição de Lipton sobre a maneira de vencer os fatores que provocam o comportamento de aversão ao risco, e por vezes fica-se com a impressão de que ele, na verdade, não preconiza a sua eliminação[8]. Essa impressão é reforçada quando em trabalhos posteriores ele define o "viés urbano" (Lipton, 1977) que preside as decisões sobre o crescimento econômico como o motivo fundamental do próprio subdesenvolvimento.

Podemos resumir o essencial do pensamento de Lipton aos seguintes pontos:

1. É perfeitamente possível compreender o campesinato baseando-se na idéia de comportamento otimizador: existe uma conduta racional, no sentido da adequação de meios a fins determinados, considerando-se o contexto em que tal adequação opera.
2. É exatamente essa racionalidade que impede a idéia de maximização de lucros de tornar-se explicativa do comportamento camponês. Ao contrário, o essencial na racionalidade camponesa é a conduta de aversão ao risco.
3. Nesse sentido, existe especificidade no tipo de cálculo econômico realizado pelo camponês, quando comparado com empresas capitalistas, por exemplo.
4. O desenvolvimento econômico não passa, no essencial, pela incorporação à agricultura tradicional dos meios técnicos característicos dos progressos científicos recentes. Ao contrário, exatamente por terem um comportamento de aversão ao risco, é possível que uma

8. "[...] os mercados imperfeitos de fatores, em muitos países pobres, não são relíquias de ignorância e conservadorismo, prontas a entrar em colapso sob o mais tênue incentivo (ou ordem executiva). Eles preenchem uma função precisa numa estrutura social rigidamente fechada. A função é permitir que se herde a segurança do acesso tanto à terra como ao trabalho. A estrutura é uma ecologia sociorreligiosa na qual somente a tolerância diante do uso dos fatores tradicionais preserva a harmonia entre opressores e oprimidos – e portanto a aceitação de alguma responsabilidade residual pelo opressor" (Lipton, 1968, p. 337).

Material com direitos autorais

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

no trabalho no interior da unidade produtiva, mas da venda da força de trabalho. Da mesma forma, a compra de trabalho por parte da família camponesa torna-se possível, o que indica também um elemento externo à família na obtenção de seu equilíbrio econômico:

> Fora de um mercado de trabalho, como é assumido aqui, a produtividade marginal do trabalho, no equilíbrio subjetivo, tende a variar de uma unidade familiar para outra. Em geral, as principais causas serão as diferenças: (a) na quantidade de recursos não derivados do trabalho que as unidades produtivas têm; (b) no número de trabalhadores nas unidades produtivas; e (c) no número de dependentes nas unidades produtivas (Nakagima, 1969, p. 169).

A suposição da existência de um mercado de trabalho, porém, torna insuficientes essas causas internas. O equilíbrio deixa de ser estritamente subjetivo. Não que o objetivo da família se altere: trata-se sempre de "maximizar a utilidade". A introdução do mercado de trabalho coloca, entretanto, uma variável exógena à determinação do nível de equilíbrio. É perfeitamente concebível que a família opte que alguns de seus membros trabalhem como assalariados e, portanto, que sua produção caia, encontrando no mercado de trabalho um meio de obter suas necessidades de subsistência. Isso significa, em outras palavras, que a introdução do mercado de trabalho no modelo de equilíbrio entre a desutilidade marginal do trabalho e a utilidade marginal da renda (o famoso equilíbrio chayanovista entre trabalho e consumo) faz com que as decisões a respeito do uso do trabalho sejam separadas daquelas tomadas com relação ao consumo. Nesse sentido, uma vez admitida a existência do mercado de trabalho, a unidade de produção camponesa deixa de ser exclusivamente a fusão entre o empreendimento produtivo e a família consumidora.

O aprofundamento dessas idéias exigiria necessariamente sua elaboração algébrica e gráfica, o que escapa aos objetivos deste livro. O importante aqui é a formulação, no quadro mesmo da economia neoclássica, de uma lógica (isto é, de objetivos e de meios racionais para atingi-los) da unidade de produção familiar diferente da maximização do lucro e da minimização dos riscos. E, da mesma forma como fizemos

Material com direitos autorais

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

nação política tornam-se fatores explicativos: compreender o campesinato é examinar fundamentalmente as funções que ele desempenha na reprodução de um determinado sistema global. Já os neoclássicos, centrados no problema da tomada de decisões, procuram na própria família camponesa os elementos determinantes de sua conduta.

2. Tentou-se aqui apontar a diversidade das lógicas camponesas estudadas. O importante é que as três vertentes expostas apóiam-se na premissa de uma racionalidade definida em moldes estritamente econômicos: a busca de lucros, a minimização dos riscos e a aversão à penosidade são objetivos cuja realização supõe a mobilização de certos meios que, nos três casos, podem ser objetivados num cálculo econômico. A exposição desses três casos permite também que se mostre, de um lado, a importância histórica do trabalho precursor de Alexander Chayanov e, de outro, a possibilidade de que a "morfologia" da unidade de produção camponesa seja construída com base em parâmetros que não exatamente aqueles com que o economista russo trabalhou.

3. Ao se voltar para o campesinato, os economistas neoclássicos procuram fundamentar respostas ao problema prático do desenvolvimento econômico. Não só não existe homogeneidade nas proposições de políticas, como nem sempre a mesma compreensão teórica da família camponesa conduz a resultados políticos idênticos. A noção de equilíbrio econômico subjetivo produz tanto propostas de modernização acelerada como a recomendação de extrema prudência nas transformações da vida agrária.

Material com direitos autorais

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

*da vida social*, para usar uma expressão de Karl Polanyi (1980). Além da personalização dos vínculos sociais, isso se traduz na ausência de uma *contabilidade racional*, no envolvimento das operações produtivas e do próprio consumo familiar num conjunto de motivações que só se explicam pelo tipo de constrangimento que a unidade de produção individual sofre por sua completa submissão às regras comunitárias em que está mergulhada. A família e a comunidade, de certa forma, emprestam *sentido* à atividade camponesa. Trabalho e vida não são duas dimensões cindidas: as crianças, as mulheres, enfim, um organismo único produz com base no objetivo de *gerar não só* os *meios de vida, mas, sobretudo, um modo de vida*. A unidade indissolúvel da existência está também no conjunto de significados vitais que os elementos básicos do trabalho incorporam: a terra não é um simples fator de produção, as outras unidades produtivas não são apenas concorrentes e os comerciantes não são só sanguessugas.

Redfield, Kroeber, Mendras, Wolf, expressões mais relevantes da literatura sociológica e antropológica dedicada ao assunto entre os anos de 1930 e 1960, viam nos *camponeses grupos sociais de transição entre sociedades tribais primitivas e* o *universo urbano*. Por mais que se possa criticar como evolucionista a idéia de um *continuum* rural-urbano, presente sobretudo nos trabalhos de Redfield[3], ela aponta para um traço importante do campesinato, que é a existência de códigos sociais específicos determinantes da conduta, mas ao mesmo tempo a constatação de que – diferentemente de sociedades tribais, por exemplo – *estes códigos só podem ser compreendidos na maneira como* o *camponês se insere na sociedade global em que vive*.

A antropologia clássica percebeu e debruçou-se sobre a diferença essencial entre sociedades camponesas e tribais. A *parcialidade* da sociedade camponesa vem exatamente de que, embora organizada em torno de códigos sociais próprios – cuja organização escapa à razão estritamente econômica – ela se relaciona com o mundo exterior também através dos vínculos *econômicos* dados pela venda de mercadorias.

3. Cf., por exemplo, Pahl, 1966.

Material com direitos autorais

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

## 4.2 Sociedades camponesas

O termo caiu em desuso e à primeira vista é até impróprio. Que as sociedades sejam capitalistas, socialistas, feudais, isso parece indicar um conjunto de normas sociais, um certo nível de desenvolvimento material, padrões de relação entre as pessoas e uma estrutura jurídica e política reveladora da dinâmica social. Mas como é possível existirem sociedades camponesas se ninguém nunca ouviu falar, por exemplo, de um Estado camponês? Será que por trás da expressão não se esconde uma imagem corporativa da vida social, como se pudessem existir sociedades metalúrgicas, bancárias, ou até, de maneira mais geral, operárias, como se cada uma possuísse regras próprias de funcionamento às quais se pudesse dar o nome de sociedade? Vejamos a questão mais de perto.

É sobretudo a partir do trabalho do antropólogo norte-americano Robert Redfield que a expressão ganha estatura no interior das ciências sociais, no final dos anos de 1940. Num estudo publicado originalmente em 1956 (Redfield, 1961a) ele mostra de maneira sugestiva como o camponês é convertido em legítimo objeto de estudo pela antropologia. Vale a pena acompanhar seu raciocínio.

Em 1922, lembra Redfield (1961a, p. 7), Malinowski e Radcliffe-Brown publicaram dois livros que se tornaram "claramente o padrão de pesquisa na antropologia social". Em que consiste esse padrão?

> Cada antropólogo ia sozinho a um lugar remoto, morava numa comunidade pequena e voltada para si própria *[self-contained]* e retornava[8] para retratar uma cultura como um todo e como uma totalidade que poderia ser compreendida como um sistema de partes funcionalmente inter-relacionadas (Redfield, 1960a, p. 7).

Como bem ressalta da Matta (1983), Malinowski e Radcliffe-Brown inauguram na antropologia britânica a abordagem funcionalista, cujo

8. *Self-contained* poderia ser traduzido como autônoma ou também auto-suficiente. Preferi a formulação mais extensa "voltada para si própria", que evita a possível impressão de isolamento com relação ao mundo exterior das outras duas traduções aplicáveis ao termo.

Material com direitos autorais

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

A prática, tão típica em sociedades camponesas, de formas de ajuda mútua no trabalho, por exemplo, é uma importante expressão deste caráter personalizado das relações sociais[14]. Um caipira paulista entrevistado por Antonio Candido (1977, p. 68) diz que

> [...] no mutirão não há obrigação para com as pessoas, e sim para com Deus, por amor de quem serve o próximo; por isso, a ninguém é dado recusar auxílio pedido. Um outro, referindo-se ao tempo de dantes, dizia que era o "tempo da caridade" – justamente por essa disposição universal de auxiliar na lavoura a quem solicitasse.

Essas relações operam-se sempre num quadro de *reciprocidade*[15] cuja natureza nada tem a ver com a identidade objetiva envolvida na troca mercantil. É nesse sentido aliás que Firth (1969, p. 23) propõe aos economistas voltados ao problema do subdesenvolvimento, em importante conferência proferida no final dos anos de 1960, que se pense sobre "a matriz institucional da tomada de decisão econômica" dos camponeses. Assim, para ele,

> [...] trabalho familiar é um conceito de certa forma econômico *[quasi-economic]* – só de certa forma porque os laços que unem os membros da família num trabalho cooperativo não podem ser compreendidos em termos de seus interesses econômicos comuns na produção e em seus resultados [...] economia camponesa é

14. Referindo-se ao município de Santo Antônio do Tauá, no Pará, os pesquisadores do Convênio Finep/Inan/Fase (1978b, pp. 145-146) afirmam: "Esses sistemas fundamentam-se em (e são fundamentadores de) redes de relações entre as unidades domésticas baseadas em laços familiares, de amizade e de compadrio" .
15. Polanyi faz da reciprocidade um dos princípios estruturadores da vida social e material em sociedades anteriores ao capitalismo. Ele abordou os comportamentos sociais que não obedecem às leis do mercado sob um ângulo histórico e não a partir de situações contemporâneas, embora cite exaustivamente Malinowski e Evans-Pritchard. Apesar disso, suas reflexões sobre a questão da reciprocidade são essenciais: "A reciprocidade implica que os membros de um grupo agem com relação aos membros de um outro grupo da mesma forma que os membros deste grupo, ou de um terceiro, ou de um quarto, agem com relação a eles. Ela não envolve nenhuma idéia de igualdade, de justiça e não obedece a uma regra soberana. A reciprocidade significa antes e unicamente que há um fluxo de dupla direção ou circular de bens [...]. Os grupos provêem mutuamente suas necessidades no que se refere aos artigos que entram nesta relação de reciprocidade" (Polanyi, 1975, p. 220).

Material com direitos autorais

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

## A BARBA DO CONDE

Italo Calvino resume a grande conclusão a que chegou após dois anos de pesquisas que deram origem à coletânea de *Fábulas Italianas*, por ele compiladas e traduzidas de vários dialetos: "as fábulas são verdadeiras" (Calvino, 1990, p. 14). Desta "explicação geral da vida, nascida em tempos remotos e alimentada pela lenta ruminação das consciências camponesas até nossos dias", uma chama particularmente a atenção pela proximidade com o tema desenvolvido neste capítulo. Trata-se de uma história que vem do século XIX e das quais uma das fontes é oral. O resumo que ofereço é um convite à leitura da própria fábula e não pretende substituir o seu sabor original, tão realçado pelo estilo de Calvino (1990, pp. 64-69). Os pacíficos habitantes de Pocapaglia não podiam mais conter o desespero: todas as tardes, na volta do pasto, o gado era roubado pela Masca Marcial, bruxa que possuía o poder de não se fazer enxergar pela vítima do assalto, derrubada apenas com um sopro. Quando acordava do encanto, o pobre camponês não encontrava mais seus animais, mas apenas grampos, tufos de cabelos e pegadas da bruxa. Não podendo mais pastoreá-lo, os camponeses assistiam ao emagrecimento do gado, até que surgiu entre eles a idéia de pedir ajuda ao Conde. Explicaram, imploraram, choraram, mas o Conde foi inflexível: se eu ceder a vocês meus soldados para vigiar os bosques, tenho que ceder também o capitão. E se o capitão for junto, ninguém poderá jogar tômbola comigo. Portanto, nada feito. Os camponeses decidem então chamar Masimo, o único dos pocapaglienses que apresenta feição heróica, capaz de enfrentar perigos e que se encontrava na África. Quando Masimo, esperto e inteligente, chega, consegue indícios que o levam à autoria do crime: a Masca Marcial era ninguém menos que o próprio Conde, que se disfarçava colocando sua imensa barba como cabelo de mulher e que atingia os camponeses com um porrete envolvido em tecido de forma que antes de desmaiar o que se ouvia era um zunido de vento que não deixava marcas. Preso o Conde por Masimo, ele é exposto a uma espécie de julgamento sumário por parte dos próprios camponeses. Entre propostas de linchamento dos mais variados tipos surge a idéia de castigar o Conde fazen-

Material com direitos autorais

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

inteiramente o lugar, levando consigo o próprio caráter camponês da organização social.

Por outro lado, uma das características centrais das sociedades camponesas é a formação localizada de monopólios na compra e venda de produtos. A freqüente existência de unidades comerciais microscópicas no interior mesmo das comunidades camponesas nada tem a ver com a existência de "muitos compradores e vendedores para insumos e produtos". Os "taberneiros", "bodegueiros", "marreteiros", tão freqüentes em nossa paisagem rural, são, na verdade, prepostos de comerciantes mais poderosos que exercem, eles sim, um poder de monopólio na compra e venda de produtos. O próprio estabelecimento desses microcomerciantes obedece também a um rígido esquema de patronagem. Ora, os comerciantes maiores, com sua rede de prepostos locais, fazem o vínculo entre o agricultor e o mercado nacional: nesse vínculo não há estrutura competitiva. O arroz do Maranhão é um exemplo típico: até o final dos anos de 1970, os pequenos produtores de arroz ligavam-se a usineiros locais que possuíam uma rede de microagentes comerciais no interior, capazes de captar-lhes o produto camponês. As próprias dificuldades de comunicações, transportes e informações propiciavam de fato um poder de monopólio àqueles que conseguiam abrir os caminhos por onde esses produtos integrariam os mercados nacionais[24].

Isso significa que a integração dos camponeses ao mercado realiza-se em condições tais que, permanentemente, existe a influência individual de certos agentes econômicos sobre a formação dos preços. E é claro que os problemas de informação e infra-estrutura são importantes na explicação do fenômeno. Mesmo numa situação de relativa prosperidade dos agricultores, como encontrei na história do sudoeste paranaense antes dos anos de 1970 (Abramovay, 1981), os agricultores entregavam o produto ao comerciante e só tomavam conhecimento do

24. Os usineiros de arroz são "provavelmente os agentes que mais se apropriam do excedente gerado, além de serem os que definem algumas das condições vigentes no mercado local, principalmente o preço de compra e o montante transacionado" (Maluf, 1977, p. 29).

Material com direitos autorais

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

pela entrevista citada, o preposto do comerciante é "uma pessoa de certa influência nos povoados": o mercado é personificado em relações particulares. Além disso, o comerciante e o emprestador de dinheiro são normalmente uma figura só. Essa fusão existe não só no Pará e no Maranhão, mas também – no período anterior à difusão das instituições vinculadas ao Sistema Nacional de Crédito Rural – no sudoeste do Paraná, embora esta fosse uma região bastante próspera.

Nesse sentido, é impossível saber exatamente quais eram as taxas de juros[25], mesmo porque o adiantamento de produtos não aparece explicitamente como empréstimo, mas como contrapartida a uma espécie de cessão de direito. Um traço também generalizado nesses casos – convém enfatizar – é que a "sociedade de interconhecimento pessoal" (para usarmos a expressão de Mendras) é decisiva no funcionamento do sistema. As circunstâncias pessoais (necessidade, doença etc.) e seu conhecimento minucioso por parte dos agentes envolvidos na operação são básicas para que as relações de dependência envolvidas nas situações de troca possam efetivamente aparecer como manifestações de reciprocidade.

2. Para um estabelecimento agrícola operando numa "economia industrial de mercado" (Ellis, 1988, p. 11), insumos diversificados são disponíveis em quantidades suficientes para a procura dos agricultores e por vendedores competitivos. Um exemplo disso, no sudoeste do Paraná, é a visita freqüente que os agricultores recebem de vendedores de fertilizantes e pesticidas e as tentativas até mesmo de "empurrar" o produto, elevando seu uso acima até das necessidades das lavouras. Por mais que seja possível falar em estrutura oligopolista nas indústrias petroquímicas e de fertilizantes em vários de seus segmentos, o fato é que, na comercialização do produto, há uma prática de concorrência.

25. "[...] o usurário pode aqui devorar todo o excedente, só deixando os mais necessários meios de subsistência (o montante que mais tarde constituirá o salário) aos produtores (o que mais tarde reaparece como lucro e renda fundiária), sendo por isso extremamente absurdo comparar a grandeza *desse* juro ali onde ele abrange, com exceção do que cabe ao Estado, a mais-valia *toda*, com a magnitude da taxa de juros moderna" (Marx, 1986, p. 108).

Material com direitos autorais

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

*capitalismo é por definição avesso a qualquer tipo de sociedade e de cultura parciais.*

Assim, a previsão de Marx de que a grande empresa capitalista se generalizaria na agricultura, tanto quanto na indústria, possui ao menos uma virtude histórica: as formas de produção familiar existentes em seu tempo exprimiam, antes de tudo, sobrevivências de um passado que o desenvolvimento capitalista se encarregaria mais ou menos rapidamente, mas inelutavelmente, de remover.

O que Marx não podia antever, que estava totalmente fora de sua perspectiva teórica, é que o extermínio social do campesinato não significaria fatalmente a eliminação de qualquer forma de produção familiar como base para o desenvolvimento capitalista na agricultura. Sua concepção sobre a vida social, como vimos no capítulo 1 – bem como o horizonte histórico em que trabalhou, no qual praticamente inexistia o fenômeno contemporâneo da produção familiar totalmente integrada ao mercado e ao desenvolvimento capitalista, que será nosso objeto nos capítulos a seguir –, só permitia considerar que estabelecimentos baseados na oposição entre capital e trabalho se encarregassem de imprimir universalidade à atividade agrícola, de integrá-la à divisão do trabalho e desenvolvê-la tecnicamente. O trabalho individual, familiar, representava para ele um estágio inicial, primitivo, no próprio avanço das relações de mercado. Tão logo o mercado tomasse conta do conjunto da vida social, a contradição embutida na mercadoria entre a natureza ao mesmo tempo social e privada do trabalho tomaria corpo em classes sociais antagônicas. E nesse ponto não havia qualquer razão para que a agricultura escapasse ao movimento geral do capitalismo.

Max Weber também insistiu na diferença central entre o *camponês* europeu e o *agricultor* norte-americano: enquanto na Europa a dependência das decisões comunitárias e dos vínculos tradicionais determinavam as possibilidades de ação, nos Estados Unidos imperava o mais absoluto individualismo econômico. Isso não se devia a qualquer traço atávico das culturas recíprocas desses povos, mas ao fato de que "na América, o agricultor produz para o mercado. O mercado é mais

Material com direitos autorais

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

# Estados Unidos: Um Mito Jeffersoniano?

> Não é possível ganhar, hoje, uma fortuna na agricultura [...] O agricultor não pode esperar ganhar mais do que um equivalente modesto de seu trabalho como administrador. Ele está na Europa e também em grande parte neste país, excluído da participação nas grandes oportunidades abertas ao talento comercial especulativo.
>
> Weber, 1979, p. 416.

## *5.1 Apresentação*

Em 1981, a *Revista de Economia Política* publicou dois artigos (Nakano, 1981; Aidar & Perosa, 1981) com dados aparentemente definitivos sobre o peso da agricultura familiar e os limites às grandes empresas no campo em países de capitalismo avançado. Não só na Europa continental, onde a herança histórica camponesa tinha um peso determinante na própria formação das estruturas agrárias, mas também nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha (Nakano, 1981, pp. 3-4) ela era de empreendimentos de caráter familiar que dependia fundamentalmente o crescimento da produção agropecuária.

Nessa mesma época, uma verdadeira bateria de trabalhos acadêmicos ou de vulgarização nos EUA procurava apontar exatamente o contrário. Na verdade, o peso da produção familiar na agricultura norte-americana, afirmavam estes trabalhos, é a versão contemporânea do mito jeffersoniano da democracia agrária e que funciona como cortina de fumaça: nada mais conveniente para os interesses das grandes corporações – que dominam, crescentemente, não só a venda de insumos, o



Material com direitos autorais

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

que, apesar da redução sensível no *tamanho* dos estabelecimentos *por área*, as explorações norte-americanas crescem em *intensidade* no que se refere ao uso de *máquinas, equipamentos* e, sobretudo de *trabalho assalariado*. Para Lênin (1960, p. 30), com efeito, o trabalho assalariado é o *principal indicador* do caráter capitalista de uma determinada agricultura. Em 1910, 45,9% dos estabelecimentos em todo o país registravam despesas com assalariados.

O historiador Gavin Wright (1988) mostra que embora os prognósticos leninistas com relação à extensão do assalariamento na agricultura norte-americana não se tenham cumprido, em 1920, o peso do assalariamento era, de fato, muito importante, tendo declinado sensivelmente a partir de então. Num estudo para uma região específica de North Dakota em 1920 (Cass County), Friedmann (1978) indica também que a importância da "produção simples de mercadorias"[3] não impedia que quase metade do trabalho necessário numa exploração especializada em trigo tivesse que vir do assalariamento. É bem verdade que, no caso por ele estudado, este assalariamento se reduzia apenas a certas épocas do ano, restringia-se a um número limitado de pessoas e poderia até mesmo ser abolido tão logo a família, por seu crescimento demográfico natural, adquirisse uma dimensão pela qual o trabalho contratado se tornasse quase inexistente.

O caso estudado por Harriet Friedmann nos conduziria à situação insólita na qual um estabelecimento seria mais capitalista em sua fase inicial de existência e perderia o caráter capitalista justamente quando estivesse relativamente consolidado, isto é, quando, por exemplo, o primeiro filho homem atingisse uma idade que o permitisse integrar ativamente a força de trabalho familiar. Um outro exemplo dessa dificuldade: um estudo feito no Quebec mostra que 48,1% dos estabelecimentos

3. Friedmann é uma das autoras que mais aprofundou o debate sobre a natureza social da agricultura familiar no capitalismo avançado. Se ela fala em produção simples de mercadorias, o pressuposto é o pleno desenvolvimento do mercado, mesmo do mercado de trabalho, e a inexistência das obrigações coletivas que marcam aquilo que Weber (1979, p. 417) não hesitava em chamar de "colonização semicomunista" característica da ocupação européia pré-moderna.

Material com direitos autorais

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

empresas no interior mesmo da produção agropecuária. Burbach e Flynn (1982, p. 22), por exemplo, chegam a fazer previsão apocalíptica sobre o fim da agricultura familiar nos Estados Unidos e o domínio próximo das "fábricas de grãos"! Na opinião de outros três entre os mais importantes adeptos da tese da inviabilidade da produção familiar americana, "enquanto a agricultura norte-americana continuar dominada por estas unidades pequeno-burguesas *[petty bourgeois farmers]* podemos esperar que seu desenvolvimento capitalista seja restrito" (Goss *et al.*, 1980, p. 101).

É difícil saber o que aconteceu com a estrutura social das explorações agropecuárias norte-americanas desde os anos de 1960 porque, infelizmente, não houve seqüência ao trabalho pioneiro de Nikolitch. Assim, é com cuidado que devem ser examinadas as análises mais recentes sobre a base social do desenvolvimento agrícola norte-americano. Vejamos quais são as principais informações a respeito e a maneira como os mais importantes estudiosos as analisam.

Vimos que o declínio na necessidade de trabalho humano na agricultura norte-americana incide de maneira mais ou menos homogênea tanto sobre os assalariados como sobre a própria família. Tanto é assim que, até o final da década de 1970, três quartos do trabalho global na agricultura são fornecidos pela família. Esses dados, porém, vão até 1967. Desde então, a situação mudou consideravelmente, e se até meados da década de 1960 um quarto dos trabalhadores rurais eram assalariados, esta proporção depois sobe para um terço: as estatísticas agrícolas de 1988 revelam a existência de um total de 2,8 milhões de trabalhadores rurais, dos quais 997 mil[9] são assalariados (Usda, 1988).

Além disso, a porcentagem de assalariados trabalhando 150 dias ou mais na função (e, portanto, configurando-se claramente como

9. Os dados do importante trabalho de Oliveira e Cox (1989) não coincidem exatamente com os que forneço aqui, embora baseiem-se também no censo agropecuário. Oliveira e Cox falam na existência de 7,7 milhões de trabalhadores agropecuários, dos quais 2,4 milhões são assalariados. A razão da diferença, ao que tudo indica, é que eles trabalharam com informações sobre todos os trabalhadores agropecuários, enquanto a tabela do censo a que tive acesso computa apenas os que trabalharam quinze horas ou mais durante a semana.

Material com direitos autorais

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

setorial ou das cadeias agroindustriais e que procura situar a agricultura como parte do processo mais amplo de desenvolvimento territorial. Não se trata apenas de medir a competitividade da agricultura e dos segmentos que se encontram a montante e a jusante de sua produção. O fundamental é conhecer sua contribuição à integridade paisagística e ambiental das regiões em que atua e sua capacidade de integrar-se à dinâmica do desenvolvimento dos territórios onde se encontra. Bertrand Hervieu e Jean Viard (1996) resumem a contradição em que se bate a política agrícola européia até hoje:

> As ajudas atuais dirigem-se para as grandes planícies vazias de homens, arações profundas, ou em direção às criações intensivas com suas conseqüências preocupantes para a saúde humana ou para a preservação dos equilíbrios ecológicos. Ora, nem uma nem outra dessas agriculturas criam as paisagens que nos atraem. No momento, o que salva as políticas agrícolas é a mistura de palavras: quando alguns pensam campos, visualizam, sem dúvida, os lugares das pequenas explorações pouco ajudadas, enquanto que, nos escritórios dos ministérios e dos sindicatos profissionais, quando se pensa campo e subvenção olha-se para outro lugar. Um dia, sem dúvida, essa divergência vai acentuar-se e retirar a legitimidade das políticas agrícolas.

Há três dimensões decisivas nas mudanças pelas quais a Europa vem passando e que interessam de perto à formulação de políticas de desenvolvimento rural no mundo todo.

a) As sucessivas reformas da Política Agrícola Comum exprimem uma quadratura do círculo: *a política agrícola pode ser muito mais do que a expressão mesquinha de interesses profissionais e corporativos.* Novos grupos sociais, novas questões e, sobretudo, uma nova agenda está sendo hoje construída em torno dessas reformas. Não há dúvida que a agricultura européia é muito, excessivamente – aos olhos dos próprios europeus – subsidiada. O importante é que a forma que esses subsídios assumiram a partir de 1992 (pagamentos diretos aos agricultores e cada vez menos compra de seus produtos por uma agência estatal) não somente marca uma virada fundamental na história das políticas agrícolas do século XX, mas faz com que a opinião pública se pergunte: subsídios para quê e para quem? Se, até o final dos anos de 1980, auxiliar

Material com direitos autorais

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

Estados Unidos, Grã-Bretanha e Europa Continental demonstram que a base social do desenvolvimento da agricultura moderna nos países capitalistas avançados foi a empresa familiar. Contrariamente à visão habitual do problema, a empresa familiar moderna não é sinônimo de "pequena produção" ou de agricultura camponesa. Estabelecer conceitualmente esta diferença e mostrar que o desenvolvimento da agricultura capitalista não supõe necessariamente unidades produtivas baseadas no uso em larga escala de mão-de-obra assalariada é um dos principais objetivos deste livro. Apesar da diversidade das questões tratadas – das sociedades camponesas ao papel do Estado na regulação dos preços – o livro está escrito e organizado de forma a facilitar a tomada de contato do público não-especializado com o tema.

ISBN 978-85-314-1032-1
9 788531 410321

Material com direitos autorais